

Sumário

Número de notícias: 42 | Número de veículos: 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estados vão a Haddad para discutir perdas com projeto que mexe no IR 4

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fim da presunção de boa-fé na venda de ouro é avanço contra garimpo ilegal (Editorial)
..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Deputados vão a Haddad para tentar estender o Perse 7

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Trump anuncia tarifas sobre mais produtos e a compradores de petróleo da Venezuela
..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tribunal responsabiliza Eike Batista por dívida tributária de R\$ 3,5 bilhões da MMX
..... 11

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - DM
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita recebe 3,4 milhões de declarações do IR na primeira semana 13

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita libera consulta a lote da malha fina do IR 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Teto do consignado do INSS entra em pauta em meio à queda das concessões - COLUNA
BROADCAST 15

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo aceita elevar teto de juro do INSS 17

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos pedem que juros do consignado do INSS subam para 1,99% ao mês 18

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar aposentadorias de março nesta terça-feira (25); veja datas 20

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Consignado do INSS: conselho se reúne hoje e pode subir teto de juros 21

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Quem tem ESTAS doenças não precisa pagar Imposto de Renda 22

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo em 2025: confira o valor atual do piso nacional 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em busca de aproximação, Haddad vai à França 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo vai perseguir meta do resultado primário e superávit em 2026, diz Haddad 25

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL RUMO 2025
REFORMA TRIBUTÁRIA

Safra e clima deixam Alckmin otimista com os preços de alimentos 27

A GAZETA - MT - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária e as pequenas empresas (Artigo) 29

FOLHA ONLINE - SP - INDÚSTRIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: CNI coloca regulamentação do Comitê Gestor entre prioridades do ano
..... 30

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zerar o ICMS da cesta básica é populismo fiscal 31

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tirar alimentos e energia da Selic é 'maquiar' inflação e 'tapar sol com peneira', veem
especialistas
..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O sindicato dos magistrados (Editorial) 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump diz que vai anunciar novas tarifas 35

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo quer tirar limite de prazo para isenção do IR 36

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gargalos para a expansão dos datacenters no Brasil (Artigo) 37

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Incertezas sobre políticas de Trump afetarão anúncios em 2025, alerta Sorrell 39

A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Importações crescem 44,6% em janeiro 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação pode surpreender 41

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado mais otimista 42

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Alta criminalidade trava o crescimento do Brasil - MERCADO S/A 43

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Alckmin sugere um novo cálculo da Selic 45

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Alckmin defende retirar alimento e energia do cálculo da inflação 46

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar vai a R\$ 5,75 após sobe e desce por Haddad 47

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Prioridades do governo estão fora de lugar, diz Arminio Fraga 49

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL RUMO 2025
ECONOMIA

Fazer gestão financeira de risco climático é urgente 50

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Países intensificam negociações comerciais 52

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Tarifa dos EUA sobre navios chineses seria o 'apocalipse' do comércio global 54

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

'Excepcionalismo americano' retoma fôlego e alimenta piora nos ativos locais 57

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Analistas veem sinais de que pior da onda de vendas nos EUA passou 59

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Bolsas de NY têm dia de alívio com chance de tarifas mais brandas 61

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
ECONOMIA

Queda de "big techs" vai trazer novo rol de ganhadoras 62

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL
ECONOMIA

Mercado financeiro reduz previsão para PIB e inflação 64

Estados vão a Haddad para discutir perdas com projeto que mexe no IR

I FERNANDA TRISOTTO, GIORDANNA NEVES e GABRIEL HIRABAHASI

Representantes dos Estados se reunirão hoje com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir o projeto de lei que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, que seria compensada com tributação extra de contribuintes de alta renda. O objetivo dos governos regionais é entender melhor como funcionará a compensação proposta pela União, para garantir que não haverá impacto nos cofres dos entes subnacionais.

Desde que o governo apresentou a proposta, na última semana, há uma movimentação por parte de Estados e municípios que pressionam os parlamentares para evitar uma eventual perda de arrecadação.

Como mostrou o Estadão, o principal receio de governadores e prefeitos é em relação ao impacto que a medida pode gerar na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pago pelos funcionários públicos estaduais, distritais e municipais.

O governo federal argumenta que os entes subnacionais não terão perdas nos repasses dos fundos de participação porque a ampliação da faixa de isenção do IR para quem recebe até R\$ 5 mil será compensada pela tributação daqueles que recebem mais de R\$ 600 mil anuais. Como a renúncia fiscal é proporcional ao ganho de receitas neste modelo, não haveria alteração nos repasses ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Um interlocutor dos Estados explicou à reportagem que o grupo quer compreender melhor os cálculos da equipe econômica, já que tanto o ministro quanto outros integrantes frisam que o projeto é neutro do ponto de vista fiscal. Os governadores, no entanto, também se preocupam com as perdas que virão pela mudança no IRRF. Hoje, a retenção fica integralmente com os entes subnacionais, mas, com o projeto, esses servidores serão equiparados aos demais trabalhadores.

COMPENSAÇÃO. Nos corredores da Câmara, deputados têm ecoado que o projeto precisa prever alguma proposta que compense os Estados e

municípios por eventual queda nas receitas.

O assunto deve ganhar força, sobretudo, quando o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), designar o relator da proposta. No entanto, algumas sugestões para incluir no texto já têm surgido nos bastidores do Legislativo.

O Estadão/Broadcast apurou que a equipe técnica da liderança do União Brasil, a pedido dos parlamentares filiados à sigla, já está elaborando uma proposta de emenda para compensar os cofres de Estados e municípios.

À reportagem, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) também afirmou que estuda uma alternativa para, segundo ele, garantir a recomposição das receitas dos entes federativos com base no último ano antes da vigência da nova regra, corrigida pelo crescimento da arrecadação do IR.

"Por exemplo, a prefeitura do Rio de Janeiro deve ter uma receita de R\$ 1 bilhão e alguma coisa com essa retenção (IRRF). Aí, ela está perdendo R\$ 300 milhões. Pela proposta, a União pagaria os R\$ 300 milhões mais um reajuste do que aumentou a arrecadação de Imposto de Renda no nível geral.

Se a arrecadação de Imposto de Renda crescer 5%, seriam os R\$ 300 milhões mais esse percentual geral", explicou. Ele ainda avalia por quanto tempo a compensação deveria vigorar ou se seria possível incorporá-la a um repasse já existente da União aos entes federados.

SENADO. No Senado, a proposta apresentada pelo governo também provocou algumas reclamações.

Prefeitos começaram a procurar gabinetes de alguns parlamentares para argumentar que o texto, da forma como está, causará uma queda de arrecadação.

Senadores ouvidos pela reportagem disseram que aguardam o andamento da discussão sobre o assunto na Câmara, com a justificativa de que só será necessário elaborar formas de compensação para os governos estaduais e as prefeituras se os deputados não fizerem esse ajuste no texto - o que é visto como improvável, diante da pressão que os Estados e municípios começaram a fazer nos últimos dias.

Como antecipou o Estadão/ Broadcast, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) também vai defender que haja um mecanismo de compensação, com critérios previamente definidos em lei.

A entidade estima que, dos 7,5 milhões de servidores municipais, 3,4 milhões já são isentos e que outros 2 milhões passarão a essa condição com a nova regra, resultando em uma perda de arrecadação própria de quase R\$ 5 bilhões em 2026. Somando a redução da receita própria e do FPM, a perda para os municípios poderia chegar a R\$ 11,8 bilhões, diz em nota.

Na semana passada, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, disse em entrevista à CNN Brasil que o imposto mínimo para alta renda, medida para compensar a perda com a isenção, atenderá também aos Estados. Ele afirmou ainda que a retirada do imposto para o trabalhador serve como um "14.º salário" ou "renda extra", o que irá impulsionar o consumo e, conseqüentemente, ter impacto positivo na arrecadação de ICMS, para os Estados, e de ISS aos municípios. "Então, esse aquecimento da economia por conta desse valor injetado muito mais do que compensa qualquer suposta perda de Estados e municípios." A procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize de Almeida, lembrou, na coletiva técnica de apresentação do projeto, que o Imposto de Renda é um tributo com capacidade ativa 100% da União. "Os Estados têm direito, na verdade, a uma repartição da arrecadação, do produto da arrecadação."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fim da presunção de boa-fé na venda de ouro é avanço contra garimpo ilegal (Editorial)

É um alento para o meio ambiente a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF) que põe fim à presunção de boa-fé no comércio de ouro. Ao concluir o julgamento de uma ação movida por PSB, PV e Rede, a Corte fechou uma porta importante para a ilegalidade. Pela legislação em vigor desde 2013, distribuidoras de títulos e valores mobiliários estavam autorizadas a comprar o metal com base na boa-fé dos vendedores, sem necessidade de comprovar origem. O plenário considerou inconstitucional esse trecho da lei. Em 2023, o STF já barrara o dispositivo, mas agora a decisão se tornou definitiva.

Em seu voto, o ministro Gilmar Mendes, relator do caso, ressaltou que a presunção de boa-fé sabotava o controle de "uma atividade inerentemente poluidora", uma vez que "não apenas facilita, como serve de incentivo à comercialização de ouro originário de garimpo ilegal". A simplificação da compra, disse ele, fortaleceu atividades como desmatamento, contaminação de rios, violência nas regiões de garimpo, "chegando a atingir os povos indígenas das áreas afetadas". Sob uma legislação torta, na prática imperava a ilegalidade. Em 2021, 52,8 toneladas de ouro vendidas no Brasil tinham indícios de irregularidades, quantidade que correspondia a 54% da produção nacional, segundo levantamento do Instituto Escolhas. Quase dois terços do ouro (61%) eram retirados da Amazônia.

Nos últimos anos, têm sido tomadas medidas para dificultar a farra no comércio do ouro. Em 2023, a **Receita Federal** passou a exigir nota fiscal eletrônica para operações com ouro no Brasil. O documento deve ser emitido na primeira compra do ouro bruto, na importação, na exportação e em transações de instituições financeiras.

Embora essas medidas sejam bem-vindas, ainda há muito a fazer para disciplinar o comércio ilegal. O garimpo clandestino resiste na Amazônia, apesar das promessas em contrário feitas com estardalhaço no início do atual governo. Não se pode dizer que Polícia Federal e órgãos ambientais não realizem operações para reprimi-lo. Mas é um fazer e refazer constante, porque os garimpeiros sempre voltam. As autoridades têm se mostrado incapazes de oferecer alternativas

sustentáveis de trabalho aos milhares de garimpeiros que ocupam a região.

Exigir comprovação da origem do ouro não bastará. Acertadamente, Gilmar determinou que o governo tome providências, como medidas legislativas, regulatórias ou administrativas, para tornar inviável a compra de ouro extraído de terras indígenas ou áreas de proteção ambiental. É preciso acelerá-las. Ao mesmo tempo, há que combater o garimpo ilegal que se espalha pela Amazônia, desmatando a floresta, contaminando os rios com mercúrio e levando doenças às populações. Se os garimpeiros permanecem onde estão, é porque existe mercado seguro para o ouro ilegal.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Deputados vão a Haddad para tentar estender o Perse

Principais articuladores do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) no Congresso Nacional, os deputados Felipe Carreras (PSB-PE) e Renata Abreu (Podemos-SP) devem se reunir nesta terça-feira (25) com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para tentar convencer o chefe da equipe econômica a dar uma sobrevida ao programa.

O encontro ocorrerá um dia após a Receita publicar no "Diário Oficial da União" um ato declaratório confirmando o fim do Perse a partir de abril deste ano. O motivo será o atingimento neste mês de março do limite máximo de renúncia fiscal do benefício.

A lei que reformulou o Perse estabeleceu que o programa acabaria quando atingisse o teto de R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal ou prazo máximo de duração até dezembro de 2026, o que ocorresse primeiro. A **Receita Federal** afirma que as empresas já usufruíram R\$ 12,6 bilhões de renúncia até dezembro de 2024, ou seja, 84% do total. Considerando os dados declarados até fevereiro deste ano, a renúncia chega a R\$ 12,8 bilhões, mas esse número é parcial, porque as empresas ainda estão em fase de envio das declarações.

Por isso, de acordo com o Fisco, até o fim deste mês será atingida a renúncia máxima de R\$ 15 bilhões, "com a consequente extinção do benefício fiscal para os fatos geradores a partir do mês de abril de 2025", conforme consta no ato declaratório executivo publicado pelo secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas.

Segundo apurou o Valor, Carreras e Renata pretendem apresentar a Haddad um estudo que elenca a lista de empresas que teriam sido beneficiadas indevidamente pelo programa. Ao chefe da equipe econômica, os parlamentares devem alegar que empresas que não deveriam ter sido contempladas acabaram se beneficiando da isenção fiscal e vão sugerir que a Receita as notifique e peça a devolução dos recursos. Com isso, avaliam que seria possível manter o programa em vigência. O possível encontro não consta da agenda oficial do ministro.

O Perse permite às empresas beneficiadas não pagar quatro **tributos** federais: PIS, Cofins, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IPRJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O programa foi

criado em 2021 para ajudar negócios do setor de eventos e turismo que tiveram de paralisar atividades durante a pandemia de covid-19. Contudo, a equipe econômica do governo Lula conseguiu inserir na lei que reformulou o Perse o teto de R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal, além de reduzir de 44 para 30 o número de atividades econômicas que poderiam se enquadrar no programa.

Tributaristas ouvidos pelo Valor afirmam que as empresas devem questionar na Justiça o fim do Perse com base no atingimento da renúncia fiscal, e não no prazo de 60 meses para duração do programa, dado pela primeira lei que instituiu o Perse (Lei 14.148, de 3 de maio de 2021). O teto de renúncia foi estabelecido depois, pela Lei nº 14.859, de 22 de maio de 2024.

Segundo Mauri Bórnica, sócio da área tributária do Machado Associados, as empresas devem alegar violação ao artigo 178 do Código Tributário Nacional (CTN), que prevê que um benefício fiscal concedido por prazo certo e em função de determinadas condições não pode ser revogado ou modificado antes de seu término. Haverá, ainda, o argumento de violação aos princípios constitucionais da segurança jurídica e do direito adquirido, diz Christiane Valesse, sócia da área tributária do DSA Advogados.

Empresas contaram com o benefício e se programaram para isso"

- Mauri Bórnica

"O problema é, por uma lei posterior a um benefício já existente, ter colocado um limite novo, que não existia na lei de instituição. E esse limite novo não me dá uma forma de aferição de por quanto tempo eu vou conseguir utilizar [o benefício]", afirma Christiane Valesse. "A colocação desse limite numa lei que já existia fere o princípio da segurança jurídica e do direito adquirido, porque a empresa estava no programa que dava um benefício [por 60 meses], então você já planejou toda a sua operação visando aquela alíquota reduzida por aquele período de tempo", completa a advogada.

Bórnica diz que já há no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), por exemplo, decisões liminares suspendendo o limite de renúncia e permitindo que as empresas continuem a se utilizar da alíquota zero até

o início de 2027. "É óbvio que todo benefício fiscal tem o objetivo de reduzir os custos da empresa e permitir que ela pratique um preço menor no mercado e, obviamente, consiga se recuperar de uma forma muito melhor do que se tivesse que pagar os **tributos**. E as empresas contaram com esse benefício e se programaram para isso, para a utilização disso nesse período de 60 meses", diz o sócio do Machado Associados.

Apesar do pleito das empresas e das decisões liminares, ele pondera que o tema não é simples, por isso a matéria deve ser levada aos tribunais superiores (STJ e até mesmo STF). "Existem decisões também contrárias de que o benefício fiscal poderia ser limitado por questões orçamentárias, até para respeitar o princípio da legalidade orçamentária e da reserva do possível, que, tecnicamente, é aquela que justificaria a existência de limitações à efetivação desses direitos", pondera o advogado.

Entre as empresas que puderam ser beneficiadas pelo Perse estão as do ramo de hotelaria; serviços de alimentação para eventos e recepções (bufês); aluguel de equipamentos recreativos, esportivos e de palcos; produção teatral, musical e de espetáculos de dança; restaurantes e bares; cinemas; agências de viagem; parques de diversão; e atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=22§ion=1>

Trump anuncia tarifas sobre mais produtos e a compradores de petróleo da Venezuela

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse ontem que anunciará mais tarifas sobre importações de automóveis, madeira, produtos farmacêuticos e semicondutores nos próximos dias. No mesmo anúncio, na Casa Branca, ele indicou que "alguns países" - que não especificou - receberão descontos nas tarifas "recíprocas" que devem entrar em vigor no dia 2.

Horas antes, por meio de um post em sua plataforma na internet Truth Social, Trump já havia anunciado que imporá uma tarifa adicional de importação de 25% contra qualquer país que compre petróleo da Venezuela, também a partir da semana que vem. Falando a repórteres, mais tarde, Trump disse que as tarifas de 25% a importadores do petróleo venezuelano seriam adicionadas a quaisquer taxas existentes. "Isso se soma às tarifas existentes, sim", disse.

A enxurrada de declarações do presidente sobre tarifas foi o exemplo mais recente da abordagem errática da política comercial, que tem irritado investidores e governos estrangeiros.

Os comentários aprofundaram a confusão sobre os planos para a aplicação de tarifas a todos os países em 2 de abril. Mas Trump disse que planeja impor as tarifas sobre a importação de automóveis ainda antes dessa data.

Trump também disse que planejava prosseguir "no futuro" com tarifas específicas de cada setor sobre madeira e semicondutores, sem dar mais detalhes. Mais cedo, ele tinha reiterado a ameaça sobretaxar produtos farmacêuticos, sem especificar quando.

Diferentemente de outras ocasiões, porém, o presidente sinalizou ontem duas vezes que alguns de seus parceiros comerciais poderiam receber isenções ou reduções. "Posso dar descontos a muitos países", disse Trump. "Eles nos cobraram tanto que estou envergonhado de cobrar o que nos cobraram, mas será substancial, e vocês ouvirão sobre isso em 2 de abril."

Trump disse que seu anúncio de 2 de abril marcará o "Dia da Libertação", o início de uma política de retaliar parceiros comerciais que ele há muito acusa de "roubaram" os EUA. Embora seus planos marquem

uma expansão significativa de tarifas, pessoas familiarizadas com as discussões internas disseram que provavelmente será anunciado um pacote mais direcionado de taxas, visando a reduzir impactos mais significativos para as cadeias dos EUA.

O secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, afirmou a jornalistas, em uma reunião do Gabinete, que o governo também anunciaria na semana que vem os planos para o que chama de "Serviço Externo da **Receita Federal**", que será encarregado de supervisionar a arrecadação das tarifas e "restabelecer o poder e o prestígio dos EUA". Trump declarou que esse arranjo se destina a manter **impostos** mais baixos para os americanos.

Em relação à Venezuela, Trump disse se tratar de uma "tarifa secundária" e disse no post da Truth Social que o país foi "muito hostil aos EUA e às liberdades que os americanos defendem".

Os EUA importaram cerca de 230 mil b/d da Venezuela em 2024, tornando o país sul-americano seu quarto maior fornecedor no ano passado. Os americanos estão em segundo na lista de maiores compradores do produto venezuelano, atrás apenas da China.

A mais recente escalada da guerra comercial de Trump ocorre dias depois de Caracas concordar em começar a receber aviões cheios de migrantes deportados dos EUA, em uma concessão ao presidente americano.

As tarifas secundárias ameaçam intensificar a turbulência no mercado de petróleo, algo que a Casa Branca tem se esforçado para evitar em uma tentativa de impedir que a interrupção do fornecimento aumente os preços da gasolina para cidadãos americanos. O petróleo do tipo Brent - a referência internacional para a formação de preço - subiu 1,3% após o anúncio de Trump.

"Se vemos o suprimento venezuelano saindo do mercado, isso significa menos suprimento global, o que significa que os preços do petróleo sobem", disse Matt Smith, analista-chefe de petróleo da Kpler, ao jornal britânico "Financial Times". "Isso é repassado aos preços nas bombas de combustível, o que é o oposto dos objetivos do presidente Trump."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=2
2§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=2§ion=1)**

Tribunal responsabiliza Eike Batista por dívida tributária de R\$ 3,5 bilhões da MMX

Luiza Calegari De São Paulo

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) manteve decisão que responsabiliza Eike Batista por uma dívida tributária de R\$ 3,5 bilhões da MMX, mineradora que faliu no ano de 2021. Este é o maior passivo fiscal entre as empresas do empresário, segundo informou ao Valor a Procuradoria-geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Por unanimidade, a 3ª Turma Especializada em Direito Tributário negou apelação de Eike Batista contra sentença dada em embargos à execução fiscal. O processo trata de uma dívida de R\$ 790 milhões de Imposto de Renda (IRPJ) e de R\$ 284 milhões de CSLL, referentes ao ano de 2007.

A autuação fiscal contra a MMX foi aplicada em 2012, com multa de ofício de 150% sobre os **tributos** não pagos, por suposta constatação de fraude. O percentual foi posteriormente reduzido, de ofício, pela **Receita Federal** para 100%.

Segundo a sentença de primeiro grau, da juíza Bianca Stamato Fernandes, o auto de infração contra a MMX incluiu Eike Batista como corresponsável tributário. Na autuação, a autoridade fiscal registrou "a prática de simulação, perpetrada mediante a articulação de operações com intuito de evitar a ocorrência do fato gerador" do IRPJ e da CSLL, por meio da omissão de ganhos de capital na alienação de participação societária.

Essa omissão de ganhos de capital, de acordo com a **Receita Federal**, resultou de operação em que a MMX aprovou aumento de capital com a entrada de novos sócios e, posteriormente, vendeu a participação no mercado sem recolher os **impostos** devidos.

Em 2007, o fundo Centennial As-set Mining Fund LLC, de propriedade de Eike Batista, integralizou 32 mil novas ações da MMX por R\$ 16,6 milhões e essa operação foi tratada como aumento de capital. Em operações posteriores, ativos da EBX Mineração, também do empresário, foram transformados em subsidiárias da MMX, no Amapá, Rio-Minas e Commbá e a participação do fundo Centennial na empresa foi diluída entre as subsidiárias.

Com a operação, o fundo passou a deter 30% de cada

uma dessas empresas. Em seguida, ele vendeu essas participações no mercado e o dinheiro levantado foi mandado para conta bancária em Nevada, nos Estados Unidos, para evitar a tributação. Os ganhos de capital de fundos de investimento estrangeiros regularizados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) estão isentos de **impostos** por operação na bolsa de valores, segundo a Lei nº 8.981 /95.

Todas as empresas envolvidas nessas operações, inclusive o Centennial, eram de propriedade de Eike Batista. A Receita, então, concluiu que a MMX simulou uma subscrição de ações com ágio para encobrir uma operação de compra e venda de ativos, que constituiria fato gerador da cobrança de imposto.

"Não houve propósito negocial", diz o auto de infração. "O que ocorreu foi um "planejamento tributário" com fim específico de economia de tributo burlando/fraudando a lei."

A autuação tomou por base o artigo 116, parágrafo único do Código Tributário Nacional (CTN). O dispositivo estabelece que a autoridade fiscal pode desconsiderar os atos praticados com a finalidade de dissimular o fato gerador. E o artigo 149, VII, da mesma norma, afirma que o lançamento fiscal pode ser revisto pela autoridade tributária quando o sujeito agir com "dolo, fraude ou simulação".

Na Justiça Federal, a sentença concluiu que não há ilegalidade na responsabilização de Eike Batista, uma vez que ele "atuou com excesso de poderes, em infração à lei tributária" (processo nº 5066915-05.2022.4.02.5101).

"É incontroverso que a autuação decorreu da verificação, pela fiscalização, de ganho de capital em virtude da alienação de percentual de participação societária em empresas de mineração do grupo econômico capitaneado por Eike Fuhrken Batista, que integravam originalmente o patrimônio da empresa embargante (MMX), mas foram transferidas fraudulentamente ao fundo estrangeiro Centennial Asset Mining Fund LLC (CAMF), criado apenas para este fim", afirma ajuíza na sentença.

Bianca Fernandes também ressalta o fato de que o fundo estrangeiro era de titularidade de Eike Batista, e que ele não conseguiu provar qualquer investimento

efetivo feito nos meses em que integrou o capital social da MMX, antes da cisão.

"A criação de um fundo sediado no exterior teve o único escopo de transferir parte do controle acionário das mineradoras, antes detido pela MMX, para fora do país, visando alcançar artificialmente os benefícios da norma de isenção tributária", diz.

O caso tramitou primeiro na esfera administrativa. O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** manteve a qualificação da multa aplicada pela Receita, entendendo ser ilegítima a estrutura empresarial adotada. O direcionamento da cobrança para Eike Batista e a incidência dos juros sobre a multa também foram chancelados pelo tribunal administrativo, mas por voto de qualidade.

Quando o caso chegou à Justiça, pela via dos embargos à execução fiscal, em primeira instância, a juíza manteve a cobrança dos **impostos**, da multa qualificada de 150%, e dos juros de mora sobre a multa, mas afastou a multa isolada, que não poderia ter sido cobrada de forma concomitante à multa de ofício.

No julgamento pelo TRF-2, prevaleceu o entendimento do relator, desembargador Paulo Leite, que negou provimento à apelação de Eike Batista, e foi acompanhado por Marcus Abraham e Claudia Neiva.

Em seu voto, o desembargador manteve quase toda a sentença da primeira instância, consignando a redução da multa qualificada de 150% para 100%, que já tinha sido feita de ofício pela Receita. Com esse cálculo, a dívida atualizada hoje é de R\$ 3,5 bilhões, segundo a PGFN.

Segundo especialistas, se o empresário não conseguir reverter a decisão do TRF-2 em recurso, deve responder com o próprio patrimônio, conforme a previsão do CTN. "O Judiciário deixa consignado, nesse caso, que as pessoas físicas em posição de administração podem ser consideradas como codevedoras do crédito tributário", explica Marcos Maia, sócio tributa - rista do Maneira Advogados.

Julio Lopa, procurador-chefe da Defesa na 2a Região e que atuou no caso, destaca a relevância do processo "para o combate à fraude fiscal". "O resultado é extremamente positivo, mostrando tanto o trabalho feito pela Receita, continuado pelo **Carf**, que também fez uma análise muito minuciosa, e agora a PGFN dando continuidade no Judiciário. Esse trabalho de equipe do Estado brasileiro vem dando resultado contra fraude fiscal", afirma.

Procurada, a defesa de Eike Batista informou que não

se manifestará.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=2§ion=1>

Receita recebe 3,4 milhões de declarações do IR na primeira semana

Na primeira semana de entrega, a **Receita Federal** recebeu 3.414.843 declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2025. O número, registrado até as 17h desta segunda-feira (24), equivale a 7,4% do total esperado para este ano.

O prazo para entregar a declaração começou no último dia 17 e termina às 23h59 do dia de 30 de maio. O programa gerador da declaração está disponível desde o último dia 13.

A **Receita Federal** espera receber 46,2 milhões de declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física este ano, o que representará um acréscimo de quase 7%, na comparação com 2024, quando foram entregues 43,2 milhões de declarações.

As pessoas físicas que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.888, assim como aquelas que obtiveram receita bruta da atividade rural acima de R\$ 169.440, são obrigadas a declarar.

As pessoas que receberam até dois salários mínimos mensais durante 2024 estão dispensadas de fazer a declaração, salvo se se enquadrarem em outro critério de obrigatoriedade.

Site:

<https://digital.dm.com.br/edicoes/20250325/sit9b263e47feb5ed85db59d87d7fda6ba.png>

Receita libera consulta a lote da malha fina do IR

Cerca de 120 mil contribuintes que caíram na malha fina e regularizaram as pendências com o Fisco podem saber se receberão a restituição. A **Receita Federal** liberou, nesta segunda-feira (24), a consulta ao lote da malha fina de fevereiro. O lote

também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 120.039 contribuintes receberão R\$ 253,88 milhões. Desse total, R\$ 168,86 milhões irão para contribuintes com prioridade no reembolso.

Em relação à lista de priori-

dades, a maior parte, 75.790, informou a chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na declaração do Imposto de Renda Pessoa Física ou usou a declaração pré-preenchida. Desde 2023, a informação da chave Pix dá prioridade no recebimento.

Em segundo, há 16.215 contribuintes entre 60 e 79 anos. Em terceiro, vêm 4.013 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Site: <https://d24am.com/wp-content/uploads/2025/03/80e1adf79973a1af03d08a6e59fc329de701b3e8895ba9e22ffd8626db330322.pdf>

Teto do consignado do INSS entra em pauta em meio à queda das concessões - COLUNA BROADCAST

ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECLOEDT, FERNAN

A discussão sobre um aumento no teto dos juros do consignado para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) volta à pauta hoje em Brasília após uma sequência de altas na taxa Selic e o avanço do novo consignado privado. A modalidade voltada aos aposentados da Previdência pública vem perdendo força nos últimos meses. Segundo dados do Banco Central, a oferta da linha tem caído desde outubro. Em janeiro, as concessões de consignado para aposentados e pensionistas do **INSS** foram 15,4% menores do que no mesmo mês do ano passado, somando R\$ 9,4 bilhões. A título de comparação, a concessão do consignado para **servidores públicos** cresceu 5,7% no mesmo período, e para trabalhadores do setor privado, ainda no modelo antigo, teve alta de 6%.

Linha teve oferta reduzida

A queda reflete uma série de movimentos que, segundo os bancos, estão relacionados com o teto mais baixo. Um deles é a redução ou mesmo suspensão da oferta por correspondentes bancários, em que a equação econômica se tornou desfavorável. Outro é a menor oferta a públicos de idade mais avançada.

Taxa foi cortada a partir de 2023

O BC determina que os bancos não podem oferecer produtos com margens negativas. Assim, as instituições suspenderam a oferta do consignado do **INSS** em março de 2023, quando o Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) reduziu de uma única vez o teto de juros de 2,14% ao mês para 1,70%.

**

I AJUSTE. A suspensão foi feita inclusive por bancos públicos federais. O ajuste mais recente ocorreu em janeiro. O CNPS aumentou o teto da taxa de juros no crédito consignado para beneficiários do **INSS** de 1,66% para 1,80% ao mês, valor proposto pelo Ministério da **Previdência Social**, quando a Selic estava em 12,25% ao ano.

A taxa básica está hoje em 14,25% ao ano. Já a taxa de juros do cartão de crédito consignado e do cartão de benefício, hoje em 2,46% ao mês, ficou no mesmo patamar.

I PEDIDO. Os bancos haviam pedido taxa de 1,99% ao mês na reunião. O representante das instituições financeiras, Ivo Mósca, chegou a dizer que a taxa de 1,80% não resolve o prejuízo dos bancos com a modalidade e avaliou que, se não houvesse mudança significativa, as instituições não iriam conseguir suprir toda a demanda de crédito. Segundo Mósca, o teto de 1,99% seria um novo valor mínimo para permitir, ao menos, a retomada da modalidade por parte dos correspondentes bancários.

I ENQUANTO ISSO. As atenções do governo ainda estão mais voltadas ao novo consignado privado, que entrou em vigor na última sexta-feira. Segundo o Ministério do Trabalho, o novo produto teve 40,2 milhões de simulações de sexta a domingo, mas apenas 11 mil contratos fechados. Entre os bancos, a percepção é positiva, mas avalia-se que a nova linha só entrará em velocidade de cruzeiro no segundo semestre.

I FARIA LIMA. A Prefeitura de São Paulo está trabalhando no prospecto do aguardado leilão de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) da Operação Consorciada Urbana Faria Lima. O processo está a cargo da SP Urbanismo, que prevê realizar o certame na metade do ano. O Banco do Brasil foi contratado como coordenador da oferta, apurou a Coluna.

I BILHÕES. Na sexta-feira, a Prefeitura publicou o decreto que regulamenta a nova lei da operação urbana. Agora, o que está na mesa é definir o total de títulos que serão oferecidos ao mercado e qual o valor unitário.

A operação ainda tem um estoque de 250 mil metros quadrados de potencial construtivo adicional para a região. Isso significa um potencial de gerar de R\$ 2,6 bilhões a R\$ 3 bilhões aos cofres públicos.

I VALORES. A estimativa corresponde a uma oferta de 150 mil a 180 mil títulos por no mínimo R\$ 17,6 mil a unidade (valor do último leilão, em 2021).

Não está claro se o valor poderá permanecer o mesmo do último leilão ou se terá de ser atualizado pela **inflação**, conforme recomendação de alguns juristas a fim de a Prefeitura evitar encrencas com o Tribunal de Contas do Município e atrasar o processo. Se atualizados, os Cepacs ficariam entre R\$ 21 mil e R\$ 22 mil.

I APETITE. Segundo empresas e gestores ouvidos pela Coluna, há muito apetite de incorporadoras que já têm terrenos na região e/ou opções de compra.

Já aquelas que não têm, vão pensar duas vezes antes de imobilizar capital comprando Cepacs neste momento de juro alto e ainda ir atrás de um projeto nos próximos trimestres.

Mas o pleito oficial do setor será o de que a Prefeitura coloque todo o estoque no leilão.

**

SOBE - Chinesa BYD superou Tesla em receita no ano passado

A montadora chinesa de carros híbridos e elétricos BYD anunciou receita superior à de sua rival americana Tesla em 2024, segundo balanço divulgado ontem. No ano passado, o lucro líquido da empresa aumentou 34%, alcançando US\$ 5,55 bilhões, enquanto sua receita subiu 29%, para US\$ 107 bilhões.

Já a Tesla, do bilionário Elon Musk, registrou receita de US\$ 97,7 bilhões e lucro de US\$ 7,6 bilhões em 2024.

DESCE - Frigoríficos caem na B3 em meio a realização de lucros

Depois da forte alta da última semana, embaladas principalmente pela perspectiva de listagem da JBS na Bolsa de Valores de Nova York, as ações de frigoríficos caíram em bloco ontem na B3. BRF recuou 2,07%, seguida por Minerva (-2,02%), JBS (-2,01%) e Marfrig (-1,98%).

Para o responsável por renda variável da Fami Capital, Gustavo Bertotti, os papéis passam por realização de lucros após intensas altas recentes.

**

PRÉDIOS MAIS ALTOS - Leilão de Cepacs da Faria

Lima pela Prefeitura de São Paulo pode movimentar até R\$ 3 bi; Banco do Brasil vai coordenar a oferta

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo aceita elevar teto de juro do INSS

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O governo deve propor hoje na reunião do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) um aumento no teto de juros do empréstimo consignado a beneficiários do **INSS**. Atualmente, o limite de juros para operações com desconto em folha (modalidade mais comum) está fixado em 1,80% ao mês. Segundo apurou o Valor, o Ministério da **Previdência Social** vai propor subir o teto para 1,88%. O percentual, se aprovado, ficará abaixo do pedido pelos bancos, que defendem a possibilidade de cobrarem ao menos 2% ao mês.

O teto de 1,80% foi aprovado em 9 de janeiro, em um contexto de suspensão da oferta da linha de crédito por parte de correspondentes bancários. Parte dos bancos suspendeu as operações via correspondentes porque a linha deixou de ser rentável, devido ao custo de captação maior.

A redução dos juros do consignado do **INSS** é uma das bandeiras do ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi. Ele começou o movimento em 2023, a partir da queda da taxa Selic. Porém, a taxa básica voltou a aumentar no segundo semestre do ano passado, mas o teto do consignado ficou estacionado em 1,66% ao mês de junho de 2024 até janeiro deste ano, quando subiu para 1,80%.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188148?page=22§ion=1>

Bancos pedem que juros do consignado do INSS subam para 1,99% ao mês

Ana Paula Branco

Cristiane Gercina

O teto de juros do crédito consignado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) pode subir a 1,99% ao mês nesta terça-feira, se o CNPS (Conselho Nacional de **Previdência Social**) aceitar proposta feita pelos bancos.

A taxa atual é de 1,80% ao mês para o empréstimo pessoal consignado e de 2,46% para o cartão de crédito consignado e o cartão de benefício. A proposta será apresentada às 14h30, no Ministério da Previdência, na reunião do conselho.

O reajuste seguirá a nova alta da Selic, que subiu para 14,25% na última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central.

Desde janeiro deste ano, os bancos defendem junto ao governo federal um aumento do teto de juros para, pelo menos, 2%, alegando que a operação deixou de ser rentável no cenário de escalada da Selic. Alguns deles passaram a restringir a oferta da modalidade.

A queda dos juros nas parcelas do empréstimo consignado do **INSS** é uma das bandeiras do ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi.

A redução começou no primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) até chegar no teto de 1,66% ao mês no primeiro semestre de 2024 e ficar congelado por seis meses, mesmo com a alta da Selic.

A medida fez com que a ABBC (Associação Brasileira de Bancos), que representa bancos de médio porte, ingressasse no STF (Supremo Tribunal Federal) com uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) para questionar a competência do **INSS** e do CNPS na definição do teto de juros do consignado. Para a entidade, a legislação em vigor não dá ao instituto autoridade para determinar o limite de juros.

Em nota enviada à Folha, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) afirma que o atual teto do consignado do **INSS** continua "comprimido", afetando a viabilidade econômica da linha e os índices de

concessão.

"Assim, a Febraban levará ao CNPS proposta de nova taxa que possibilite que as instituições concedentes do produto voltem a ofertar o crédito consignado de forma ampla aos aposentados e pensionistas do **INSS**, o que não ocorre desde que o CNPS adotou metodologia de atrelar o teto das taxas de juros dos empréstimos e do cartão consignado à Selic", diz a entidade.

A Febraban afirma que os volumes de concessão de dezembro de 2024 foram os menores do ano, com queda de até 25% em alguns meses, quando comparados aos anos anteriores, "o que levou à suspensão das operações por parte de diversas instituições financeiras por falta de viabilidade econômica, principalmente no canal de correspondente bancário".

Os bancos alegam que o governo demora para repassar o aumento da Selic para a linha de crédito, impactando no custo da operação. Há pedido do setor para o teto seja fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional).

O deputado federal Capitão Alberto Neto (PL-AM) engrossou o coro, apresentando uma emenda à medida provisória que cria o crédito consignado privado com o objetivo de repassar ao CMN a atribuição de fixar o teto de juros para empréstimos de beneficiários do **INSS**.

O crédito consignado é um empréstimo feito para aposentados e pensionistas do **INSS** com desconto direto no benefício. É possível comprometer até 45% da renda mensal -35% com o empréstimo pessoal, 5% com o cartão de crédito e 5% com o cartão de benefício.

Neste ano, o governo ampliou de 84 meses para 96 meses -de sete para oito anos- o tempo máximo para quitar a dívida neste tipo de crédito, que tem os juros mais baratos do mercado.

A modalidade é praticamente sem risco de inadimplência, já que as prestações são descontadas automaticamente do benefício previdenciário.

Hoje, 78 instituições financeiras conveniadas operam o consignado do **INSS**. Todas têm liberdade para definir

suas próprias taxas de juros até o limite estabelecido pelo governo. O segurado pode conferir no Meu **INSS** as taxas de juros praticadas por todos os bancos.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/03/bancos-pedem-que-juros-do-consignado-do-inss-subam-para-199-ao-mes.shtml>

INSS começa a pagar aposentadorias de março nesta terça-feira (25); veja datas

Júlia Galvão

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) começa a pagar, nesta terça-feira (25), as aposentadorias, pensões e demais benefícios referentes a março de 2025. O calendário de pagamentos segue até o dia 7 de abril e leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador.

Os aposentados que ganham até um salário mínimo recebem antes. Depois, o pagamento é feito para quem tem benefício acima do mínimo até o teto da Previdência, que atualmente é de R\$ 8.157,41.

Atualmente, o **INSS** paga 40,6 milhões de benefícios previdenciários e assistenciais. Desses, 28,5 milhões de pessoas, cerca de 70% do total dos aposentados e pensionistas, ganham o salário mínimo (R\$ 1.518). Outros 12,2 milhões de beneficiários recebem acima do piso nacional.

O calendário de pagamentos do **INSS** é definido todo ano. A divulgação das datas para que os aposentados se organizem ocorre em dezembro.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Para quem recebe um salário mínimo

Para quem recebe acima do salário mínimo

Os beneficiários que têm acesso à internet podem ter conferido o extrato de pagamento e outros detalhes sobre o depósito da renda no aplicativo ou site **Meu INSS** da seguinte maneira:

Aqueles que não têm acesso à internet devem ligar para a Central 135. Será necessário informar o número do CPF e confirmar algumas informações para evitar fraudes. O atendimento é feito de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Os valores são depositados na conta do beneficiário, seja ela aberta na hora da aposentadoria ou alguma conta-corrente ou poupança que o segurado tenha indicado.

O cidadão que tem conta-benefício deve fazer o saque do dinheiro ou a transferência. Neste modelo, não é possível usar a função débito.

Quem recebe por conta-corrente pode fazer as movimentações bancárias habituais, como pagar contas com o cartão ou por Pix, fazer transferências e demais negociações, assim como quem tem conta-poupança.

Quem não recebeu o pagamento de algum benefício pode solicitar ao **INSS** os valores

Site:

[https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/03/inss-
comeca-a-pagar-aposentadorias-de-marco-nesta-terca-
feira-25-veja-datas.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/03/inss-comeca-a-pagar-aposentadorias-de-marco-nesta-terca-feira-25-veja-datas.shtml)

Consignado do INSS: conselho se reúne hoje e pode subir teto de juros

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) se reúne nesta terça-feira para discutir aumento dos juros do consignado dos aposentados e pensionistas do **INSS**. Segundo integrantes do colegiado, os bancos querem elevar o teto da taxa de 1,80% ao mês para 1,99% ao mês.

A reunião já estava marcada e ocorrerá após decisão do Banco Central (BC), que elevou a taxa básica de juros (Selic) para 14,25% ao ano, na semana passada.

Caso seja aprovada, essa será a segunda alta dos juros do consignado para os aposentados neste ano. Em janeiro, o Conselho elevou a taxa de 1,66% ao mês para 1,80% ao mês.

O setor financeiro alega que o aumento da Selic impacta o custo de captação e reduz a margem de lucro da operação, que teria atingido queda recorde. O argumento é que sem ajustes, a oferta da modalidade de crédito também será afetada.

A proposta dos bancos para uma nova alta enfrenta resistência do Ministério da Previdência. Ao ser indagado sobre o pleito do setor, o ministro da pasta, Carlos Lupi, respondeu:

- Sem chance.

O CNPS é composto por 12 integrantes, sendo seis representantes do Ministério da Previdência; três representantes de aposentados e pensionistas; três, dos trabalhadores e três dos empregadores.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/03/25/consignado-do-inss-conselho-se-reune-hoje-e-pode-subir-teto-de-juros.ghtml>

Quem tem ESTAS doenças não precisa pagar Imposto de Renda

O período para a entrega das declarações do Imposto de Renda de 2025 se iniciou na última segunda-feira (17). Os contribuintes têm até 30 de maio para enviar suas declarações à **Receita Federal**. A antecipação no envio garante que a restituição, quando devida, seja recebida mais rapidamente.

Embora muitos brasileiros precisem cumprir essa obrigação tributária, há uma parte da população que pode estar isenta do pagamento. Isso ocorre devido a uma lista de doenças que garantem isenção de imposto, segundo a Lei 7.713 de 1988 .

A medida é voltada para aposentados, pensionistas e reformados das Forças Armadas com doenças específicas. Importante salientar que a isenção é válida somente para os rendimentos provenientes de aposentadoria ou pensão. Outras fontes de renda, como aluguéis ou salários, continuam sujeitas à tributação habitual.

Doenças que garantem a isenção de IR

Atualmente, 16 doenças graves qualificam-se para a isenção do Imposto de Renda. A condição da doença, mesmo em remissão, não altera o direito à isenção. Confira abaixo as doenças contempladas:

Como solicitar a isenção?

Para requerer a isenção , o primeiro passo é obter um laudo médico emitido por algum serviço de saúde público, seja municipal, estadual ou federal. Este documento deve confirmar a condição de saúde do solicitante.

Com o laudo em mãos, o próximo passo é encaminhá-lo ao órgão que gere a aposentadoria ou pensão do beneficiário - como o **INSS**, as Forças Armadas ou a São Paulo Previdência, dependendo do caso. Havendo algum obstáculo na concessão, é possível recorrer ao Judiciário.

Recebimento de valores retroativos

Após a concessão da isenção, existe a possibilidade de reaver valores do imposto já pago em anos anteriores.

A **Receita Federal** admite a devolução desde a data

de diagnóstico da doença ou concessão da aposentadoria. É viável pedir a restituição dos valores pagos nos últimos cinco anos.

Para aqueles que se enquadram nas condições mencionadas, a isenção do Imposto de Renda pode representar um alívio significativo. Frente aos desafios de saúde, essa medida alivia a carga financeira de aposentados e pensionistas.

Site:

<https://editalconcursosbrasil.com.br/noticias/2025/03/quem-tem-estas-doencas-nao-precisa-pagar-imposto-de-renda/>

Salário mínimo em 2025: confira o valor atual do piso nacional

Do UOL, em São Paulo

O novo salário mínimo nacional foi depositado na conta do trabalhador pela primeira vez no mês de fevereiro, com o valor reajustado para R\$ 1.518,00.

A razão para o pagamento ocorrer apenas em fevereiro, apesar de o reajuste estar em vigor desde janeiro, é que os salários são recebidos no mês seguinte ao trabalhado. Assim, a atualização passa a constar no contracheque deste mês.

O salário mínimo é o valor mínimo mensal que o trabalhador pode receber enquanto exerce atividade remunerada. Ele é a base para o pagamento de benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas do governo federal.

O valor de R\$ 1.518 representa uma elevação de R\$ 106. Isso significa 7,5% de reajuste, portanto, acima da **inflação** no período. Ainda assim, os valores são menores devido ao corte de gastos aprovado no fim de 2024.

Mudança de regra. A fórmula antiga de cálculo do salário mínimo previa a reposição da **inflação** calculada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) -- que é mais vantajoso para o trabalhador que o índice oficial da **inflação**, o IPCA -- e mais a variação do **PIB** (Produto Interno Bruto). Pela regra anterior, o salário mínimo iria a R\$ 1.525 .

A fórmula nova acrescentou uma terceira regra na conta: um teto de aumento de despesas de 2,5%. Assim, mesmo que o **PIB** seja de 3,2%, será aplicado o valor máximo de 2,5%.

O salário mínimo impacta o valor das aposentadorias, principalmente do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), e em benefícios sociais. Por isso, há preocupação do governo em conter aumentos abruptos dele e reflexos negativos no orçamento em tempos de contenção de despesas.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/03/25/salario-minimo-em-2025-confira-o-valor-atual-do-piso-nacional.htm>

Em busca de aproximação, Haddad vai à França

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai à França na próxima semana para buscar maior integração econômica comercial entre os dois países, numa agenda preparatória à visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fará em junho ao seu colega francês, Emmanuel Macron.

Haddad chega em Paris na segunda-feira (31), onde participa da conferência "Sciences Po", com o tema: "10 anos após o Acordo de Paris". Na terça-feira ele terá reunião bilateral com o ministro da Economia e das Finanças da França, Éric Lombard, e participará da cerimônia de abertura dos Diálogos Econômicos Brasil-França.

O objetivo das agendas é tratar de reformas econômicas aprovadas em 2023 e 2024 que representam uma oportunidade aos dois países, como a **reforma tributária** do consumo; de temas multilaterais, como a Aliança Global Contra a Fome e Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês); e sobre mudanças climáticas e o Plano de Transformação Ecológica brasileiro.

O encontro era para ter acontecido no fim do ano passado, mas foi adiado para agora. O timing, contudo, é considerado ideal por integrantes do Ministério da Fazenda, porque antecede a viagem de Lula a Paris, servindo como um ato preparatório de temas econômicos que depois poderão ser abordados por Lula e Macron.

O fórum "Diálogos Econômicos Brasil-França" é visto como uma oportunidade pelo governo brasileiro de permitir aos dois países repassarem os principais temas da agenda econômica e de se coordenarem sobre as grandes agendas multilaterais e internacionais.

Segundo uma fonte, esse diálogo se torna ainda mais fundamental num momento de grandes mudanças internacionais, numa menção ao governo do presidente americano, Donald Trump, e também de reposicionamento da Europa dentro do sistema internacional.

É esperado que, durante a reunião bilateral com seu par francês, Haddad aborde aspectos ainda pendentes do acordo Mercosul-União Européia, apesar de esse tema não ser diretamente da alçada do ministro.

Já a presidência brasileira na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) será abordada indiretamente nos encontros, com a discussão sobre o TFFF e sobre o mercado regulado de carbono.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=22§ion=1>

Governo vai perseguir meta do resultado primário e superávit em 2026, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo Lula vai perseguir o centro da meta de resultado primário deste ano, que equilibra receitas e despesas, e que vai buscar um resultado positivo de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no próximo ano.

O compromisso com a trajetória gradual de ajuste fiscal foi renovado pelo ministro no evento "Rumos 2025", promovido pelo Valor, e antecipa as linhas a serem adotadas em dois documentos centrais para nortear as expectativas dos mercados para as contas públicas até as eleições.

Um deles é o relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas primárias, que vai dimensionar a eventual necessidade de contingenciamento de gastos para cumprir o objetivo de déficit primário zero em 2025.

Em abril, o governo deverá confirmar a meta de superávit primário de 0,25% do **PIB** no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a ser enviado ao Congresso. Em 2024, a mudança da trajetória fiscal, na LDO, levou a uma forte reação negativa dos mercados.

"Vamos continuar perseguindo as metas que foram estabelecidas", disse o ministro. O Valor apurou que, ao citar as "metas estabelecidas", o ministro se referiu à manutenção do objetivo de superávit de 0,25% do **PIB** para 2026 no projeto de LDO.

Segundo o ministro, mais do que declarações, o governo procura mostrar o compromisso com o centro do objetivo fiscal por meio da execução fiscal. "Prefiro responder com o que fiz para sinalizar o que vamos fazer."

No ano passado, argumentou, o déficit primário não ficou no centro da meta, de 0% do **PIB**, mas ficou abaixo do teto da meta, que era um resultado negativo de 0,25% do **PIB**. "Se não estivéssemos mirando o centro da meta, poderíamos ter gastado R\$ 16 bilhões a R\$ 17 bilhões a mais."

No evento, Haddad procurou afastar dois tipos de receios de participantes do mercado. Primeiro, de que o governo Lula possa se contrapor à esperada desaceleração econômica com mais estímulos fiscais.

"Não acredito em solução para os nossos problemas que não passem por aumento da produtividade", disse. Ou seja, ele destacou o papel do aumento da capacidade da oferta como motor do crescimento da economia, e não a expansão do consumo.

O ministro também procurou negar que em 2026, ano de eleições presidenciais, o governo possa acelerar gastos para aumentar suas chances de vitória. "Pelo exemplo de 2022, deveríamos evitar aventuras", disse, referindo-se à expansão fiscal feita naquele ano pelo então candidato à reeleição, Jair Bolsonaro. "Se você ganha, é uma vitória que depois não consegue administrar. Às vezes, você perde e deixa um legado ruim para o país."

Haddad defendeu a manutenção da "arquitetura" do arcabouço fiscal aprovado em 2023 pelo governo, que limita o crescimento real da despesa. Ele ponderou que o arranjo é flexível para se adaptar a mudanças do contexto fiscal, tanto de melhora quanto piora, permitindo o ajuste dos "parâmetros" - no caso, as metas de superávit primário.

Num outro painel de debates do "Rumos 2025", economistas reconheceram o papel do arcabouço fiscal, mas expressaram a necessidade de mais medidas para tratar o problema fiscal com a urgência necessária.

"Estamos num baita problema fiscal. Reconhecemos o enorme esforço do ministro [da Fazenda, Fernando Haddad], do governo, mas o arcabouço fiscal que foi criado, com o teto de crescimento real da despesa de 2,5%, não é suficiente para nos levar a uma trajetória pela qual possamos enxergar quando a dívida pública do Brasil vai parar de crescer. Enquanto não pudermos responder a essa pergunta, a chance de recuperarmos o grau de investimento é de praticamente zero", disse Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG Pactual, um dos participantes do debate.

Prefiro responder com o que fiz para sinalizar o que vamos fazer"

- Fernando Haddad

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, disse em outro painel que a economia será o grande tema das

eleições de 2026. "Numa eleição municipal, o tema que aparece é a cidade, o asfalto, a creche. O governo federal é muito o tema da economia", disse, destacando medidas adotadas pelo governo Lula, como a **reforma tributária**.

Ao mesmo tempo que busca soluções para o desequilíbrio das contas públicas, o Brasil terá que fazer investimentos trilionários em transição energética e adaptação aos eventos climáticos extremos ao longo dos próximos 20 anos, disse Edvaldo Santana, consultor, colunista do Valor e conselheiro independente do Instituto Clima e Sociedade.

O custo é estimado em R\$ 70 bilhões por ano. Nessa conta, ele inclui as contratações de energia num contexto de crise das hidrelétricas, com as secas recorrentes; investimentos das distribuidoras para fortalecer as redes; e os subsídios das eólicas. "Isso significa mais de 20% de aumento de tarifa. O pobre não vai conseguir pagar por isso, então temos que arrumar uma maneira via finanças climáticas", disse Santana.

Num horizonte mais imediato, a economia também pode ser afetada pelas incertezas das tarifas de importação impostas pelo presidente americano, Donald Trump. "Não está nada definido", disse Lia Valls, chefe do Departamento de Análise Econômica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora associada da FGV Ibre. Por um lado, o fato de os Estados Unidos terem superávit com o Brasil pode nos poupar; por outro, os lobbies americanos podem convencer o governo a adotar tarifas em alguns produtos. "Os lobbies americanos têm força", afirmou.

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, antecipou que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança vai ser encaminhada ao Congresso em abril. "Entendemos que chegou a hora de fazer integração das forças de segurança. Chegou a hora de criarmos um sistema único de segurança pública à moda do SUS", disse o ministro, que garantiu que as competências dos governos locais serão mantidas.

O seminário "Rumos 2025" é uma realização do Valor, com o patrocínio do BTG Pactual e Gerdau, e apoio de CNseg e Febraban.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=22§ion=1>

Safra e clima deixam Alckmin otimista com os preços de alimentos

Por Estevão Taiar, Marcelo Osakabe e Michael Esquer - Brasília e São Paulo

A economia será o principal tema da eleição presidencial de 2026, afirmou nesta segunda-feira (24) o presidente da República em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin. Ele, que não deu indícios de qual papel desempenhará nas eleições do ano que vem, disse também que há espaço para "melhorar muito" a atuação em outro tema que costuma ser caro ao eleitor brasileiro: a segurança pública. Alckmin participou do evento Rumos 2025, promovido pelo Valor.

"Entendo que os temas de 2026 serão vários, [mas] sempre os temas econômicos prevalecem", afirmou o presidente em exercício, que ocupa o cargo ao longo desta semana, já que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está em viagem oficial para o Japão. Alckmin estava em Brasília e participou virtualmente do evento, realizado em São Paulo, em painel mediado por Fernando Exman, chefe da redação do Valor em Brasília, e por Maria Cristina Fernandes, colunista e repórter especial.

"Em uma eleição municipal, é muito cidade, manutenção, asfalto, buraco, iluminação, creche, posto médico. Na eleição para o Estado, é segurança pública, infraestrutura, autoestradas, rede hospitalar. Já no governo federal, é o tema econômico que prevalece", ressaltou.

Alckmin mencionou como avanços do governo federal nessa frente a **reforma tributária** sobre consumo, o desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) e a geração de empregos na indústria. O novo empréstimo consignado para trabalhadores do setor privado, que entrou em vigor na sexta-feira, é outra boa notícia, disse, por "tornar o crédito mais barato" para a população.

Ele também citou as perspectivas positivas para os preços dos alimentos. "Estamos mais otimistas: o clima melhorou, há expectativa este ano de crescimento da safra de quase 10%. Se no ano passado a indústria ajudou elevar o **PIB**, este ano a agricultura vai dar um empurrão", destacou.

Se no ano passado a indústria ajudou elevar o **PIB**,

este ano a agricultura vai dar um empurrão"

Alckmin defendeu ainda o debate sobre retirar alimentos e combustíveis do indicador de **inflação** utilizado pelo Banco Central para ajustar a Selic. "Se tenho seca forte, sobe preço do alimento. Não adianta aumentar juros que não vai fazer chover, só vou prejudicar a economia", argumentou Alckmin, citando como exemplo a metodologia usada pelo Fed, o banco central americano.

O presidente em exercício classificou a isenção de imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para quem recebe até R\$ 5 mil por mês como "justiça tributária e social". E elogiou a atuação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacando que a proposta é neutra em termos fiscais. "De tal maneira que não tenho problema fiscal e ajudo a distribuição de renda", disse o presidente em exercício.

No caso da segurança pública, Alckmin defendeu o desarmamento, afirmando que "muitos desses homicídios são brigas de bar, desavença, feminicídio, infeliz mente". Lembrando dos próprios mandatos como governador do Estado de São Paulo - entre 2001 e 2006 e de 2011 a 2018 -, também destacou a importância da criação de "metas objetivas" para policiais e a maior participação dos municípios no combate à violência.

"A segurança pública pode melhorar muito", disse. Apesar disso, afirmou que o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, "faz um bom trabalho", com a elaboração da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tratará do tema.

Questionado sobre qual papel cumprirá nas eleições do ano que vem, Alckmin afirmou apenas que está "muito feliz" com o seu trabalho atualmente. "Há dois ansiosos na vida: os políticos e os jornalistas. Vamos aguardar", disse. "Em relação ao futuro, é trabalhar bem o que estamos fazendo hoje", acrescentou.

Somos protagonistas na segurança alimentar, segurança energética e energia limpa"

No caso do cenário externo, o presidente da República em exercício voltou a defender a adoção de cotas pelos Estados Unidos para as exportações brasileiras de aço e alumínio. Ele tem sido o principal responsável

pelas negociações a respeito do assunto com o secretário de Comércio americano, Howard Lutnick, e o representante comercial (USTR), Jamieson Greer. "Uma das ideias é estabelecer uma cota", afirmou. "Antes, havia uma tarifa de 18%, mas até certo volume tinha essa cota. São negociações que estão ocorrendo."

Mesmo assim, disse que "lamenta" a decisão do presidente americano, Donald Trump, de elevar as tarifas de importação, repetindo o raciocínio de que o Brasil é "solução" para os Estados Unidos, já que a economia americana tem superávit comercial, tanto em bens quanto serviços, com a economia brasileira. Além disso, afirmou que a postura dos Estados Unidos "em relação à questão ambiental não é boa", criticando uma possível saída do país do Acordo de Paris.

Alckmin frisou, porém, que esse cenário não altera o protagonismo brasileiro na área. "Somos hoje o grande protagonista na segurança alimentar, segurança energética e energia limpa, com inúmeras oportunidades, e grande protagonista na questão climática. Temos a maior floresta tropical do mundo", disse.

O presidente em exercício se disse otimista com a possibilidade de atração de investimentos para o Brasil em datacenters, hidrogênio verde e combustível sustentável de aviação e com o avanço em questões regulatórias como usinas eólicas em alto mar, biocombustíveis e mercado regulado de carbono.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=22§ion=1>

Reforma Tributária e as pequenas empresas (Artigo)

Victor Humberto Maizman

De acordo com o levantamento amplamente divulgado, quase a totalidade dos empreendimentos sediados no Estado de Mato Grosso, seja de categoria comercial ou industrial, é formada por empresas de pequeno porte.

Nesse contexto, tenho defendido que os pequenos empreendimentos possuem papel relevante na economia e no quadro social, principalmente pelo fato de absorver muito o trabalho informal.

Não por isso, a Constituição Federal impõe que deve ser dirigido tratamento diferenciado e favorecido para as empresas de pequeno porte, vindo a considerar que tais empreendimentos são essenciais para o desenvolvimento social e econômico do país.

Como exemplo, é importante destacar que os pequenos empreendimentos além de serem grandes empregadores, ainda detêm da capacidade natural de absorver a mão de obra menos qualificada.

Portanto, por meio do fomento às empresas de pequeno porte, estará garantindo o crescimento econômico e conseqüentemente, a criação de postos de trabalho, essenciais para contribuir nos objetivos da República Federativa do Brasil, em especial no que tange a uma sociedade livre, justa e solidária.

A regra constitucional é no sentido de que não se pode dar um tratamento igualitário entre empresas de qualquer tamanho, em especial nas questões tributárias e financeiras, uma vez que estaria colocando em pé de igualdade e sob as mesmas condições os grandes e pequenos empreendimentos.

Por esta razão e já em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, as legislações que tratam sobre os benefícios às micro e pequenas empresas devem ser interpretadas de forma ampliativa, atribuindo a máxima efetividade ao comando constitucional que resguarda para elas o tratamento diferenciado.

Por sua vez, a **Reforma Tributária** recém aprovada pelo Congresso Nacional traz mudanças importantes para micro e pequenas empresas, oferecendo opções de tributação 'por dentro' ou 'por fora'.

Desse modo, ao optar pela tributação 'por dentro', a empresa manterá o recolhimento unificado dos **tributos** conforme sistemática do Simples Nacional hoje vigente, garantido assim, simplicidade e previsibilidade na apuração dos **tributos**.

Por outro lado, ao optar pela tributação 'por fora', a empresa recolherá os novos **tributos** previstos na **reforma tributária** fora do regime do Simples Nacional, adotando a sistemática das empresas não optantes, podendo assim, se creditar dos **tributos** pagos nas etapas anteriores da cadeia produtiva.

Desta maneira, a decisão entre tributar 'por dentro' ou 'por fora' exige uma análise criteriosa de diversos fatores, tais como o perfil dos clientes, a cadeia de fornecimento e, por fim, a margem de lucro decorrente dos custos das operações.

Por certo, a escolha entre tributar 'por dentro' ou 'por fora' do Simples Nacional é uma decisão estratégica que deve ser tomada com base em uma análise detalhada das condições específicas de cada empresa, sendo imprescindível que os pequenos empreendedores avaliem os impactos financeiros e operacionais de cada alternativa.

Enfim, existe uma expressão popular denominada de 'conta de padeiro' a qual é resultado de um simples cálculo de matemática.

Porém, independente do papel fundamental do aludido profissional que produz o pão de cada dia, nas questões tributárias deve se tomar um cuidado maior para se tomar uma decisão.

Victor Humberto Maizman é advogado e consultor jurídico tributário, professor em direito tributário

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Reforma Tributária: CNI coloca regulamentação do Comitê Gestor entre prioridades do ano

Nivaldo Souza

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) lança nesta terça-feira (25) a 30ª edição da Agenda Legislativa da Indústria. A entidade lista 14 projetos em tramitação na Câmara e no Senado como prioridades -com seu apoio, sugestão de mudanças ou oposição. A lista inclui três iniciativas voltadas para matérias de caráter tributário.

Entre as propostas, neste caso com apoio do setor produtivo, está o projeto de lei (PLP 108/2024) de regulamentação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS). O órgão será criado para administrar o futuro imposto que será dividido entre estados e municípios com extinção do ICMS e o ISS, em 2033.

O Comitê está previsto na emenda constitucional da **reforma tributária**, aprovada em 2023. O projeto de regulamentação já foi aprovado na Câmara. Agora, está em tramitação no Senado, sob relatoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM).

"O texto aprovado na Câmara é positivo, pois garante o correto funcionamento do Comitê Gestor do IBS, além de regulamentar o processo administrativo tributário do IBS em sintonia com o da CBS", diz o documento da CNI.

A Agenda Legislativa ressalta que as empresas poderão participar das instâncias recursal de contenciosos tributários e de uniformização da jurisprudência do Comitê. "Além disso, garante que as entidades representativas de categoria econômica enviarão os temas a serem uniformizados pelo Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias", observa.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

A CNI defende mudanças no texto substitutivo apresentado na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado para o PL 2015/2019, que

reduz de 25% para 11% a alíquota do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e tributa em 15% de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) a distribuição de lucros e dividendos por empresa.

De acordo com a entidade, é preciso que o texto seja modificado para evitar bitributação. "O relatório deve ser ajustado para que não haja dupla tributação econômica da renda entre a pessoa jurídica e o sócio ou o acionista. Para isso, deve ser determinado que o IRPJ e a CSLL correspondentes aos lucros e dividendos pagos ou creditados devem ser considerados antecipação do imposto devido pelo sócio ou acionista, assim como ocorre com o IRRF."

A entidade critica o PL 3394/2024, enviado pelo Palácio do Planalto ao Congresso. O projeto aumenta as alíquotas de CSLL e IRPF sobre JCP (Juros sobre Capital Próprio), mecanismo contábil usado pelas empresas para distribuir lucro aos acionistas com menor incidência de imposto de renda retido na fonte.

O projeto sofre forte oposição na Câmara e outros setores empresariais. A resistência explica o motivo de a proposta do Planalto estar há quase dois anos sem nenhuma movimentação oficial.

"O aumento da alíquota da CSLL e do IRRF sobre JCP representa uma pressão adicional sobre os custos das empresas, o que enfraquece a competitividade e, em certa medida, é repassado à população. Como consequência, muitos projetos de investimento são desestimulados, comprometendo o crescimento da economia brasileira e impactando negativamente a geração de emprego e renda", argumenta a CNI.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/03/reforma-tributaria-cni-coloca-regulamentacao-do-comite-gestor-entre-prioridades-do-ano.shtml>

Zerar o ICMS da cesta básica é populismo fiscal

Artigos

A discussão sobre o ICMS dos alimentos tomou conta do debate público nas últimas semanas. Depois de anunciar que zerará o imposto de importação dos itens da cesta básica, o governo federal quer que os estados façam o mesmo. Muitas análises sobre o tema se resumiram ao viés ideológico de dividir os entes da Federação em dois grupos: os que adotarão a isenção e os que não adotarão. Mas a questão não pode se resumir a uma proposta de populismo fiscal com pouca eficácia real.

Todos sabemos quanto o custo cada vez mais alto dos alimentos tira o sono de quem vai ao mercado - a **inflação** de alimentos foi de 7,7% em 2024. Por isso, antes de apontar heróis e vilões, é preciso jogar luz no que os estados já fazem. No Rio, a alíquota é 7% - ante os 20% tradicionais. Arroz, feijão, cebola, ovo e frutos do mar - produzidos e comercializados localmente - são isentos de tributação.

A construção de políticas públicas baseadas em evidências é base para a formulação de propostas em nosso governo. Na contramão disso, o governo federal põe na discussão pública pressão sobre os governadores para zerar o ICMS de todos os itens da cesta básica, fazendo com que os contrários à pauta sejam vistos como inimigos da sociedade.

A verdade é que essa política de isenção é ineficaz. Estudos mostram que a mudança demoraria de quatro a cinco meses para chegar ao consumidor, que veria nas prateleiras uma diferença nos preços inferior a 1%. O sistema de cashback previsto na **reforma tributária** trará ganhos muito maiores, pois é uma ferramenta criada para corrigir distorções e reduzir desigualdades.

Além de ineficaz, a proposta prejudicaria as finanças dos maiores estados, comprometendo o equilíbrio fiscal e a estabilidade da economia. No caso do Rio de Janeiro, além de estarmos no Regime de Recuperação Fiscal, precisamos neste momento preservar a receita para além da nossa gestão, pensando no presente com foco no futuro. Isso porque a média da arrecadação de cada estado entre 2025 e 2027 servirá de base para a partilha do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) no âmbito da **reforma tributária**. Quanto maior for a receita do Rio de

Janeiro agora, mais recursos do IBS o estado receberá no futuro.

Zerar o ICMS da cesta básica pode até parecer um alívio imediato, mas na prática é um remédio ineficaz com efeitos colaterais graves. A proposta vende a ilusão de que basta cortar **impostos** para reduzir os preços, enquanto, na verdade, compromete a arrecadação, enfraquece os estados e ameaça serviços essenciais. No fim, a conta chega - e não para quem formulou a ideia. Se insistirem nesse caminho, ao contrário do ditado popular, vão-se os dedos, e ficam os anéis. Os estados perdem receita, a população paga a conta, não resolve o problema da **inflação**, mas o discurso populista, como sempre, permanece intacto.

*Cláudio Castro é governador do Rio de Janeiro

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2025/03/zerar-o-icms-da-cesta-basica-e-populismo-fiscal.ghtml>

Tirar alimentos e energia da Selic é 'maquiar' inflação e 'tapar sol com peneira', veem especialistas

Brasília|Ana Isabel Mansur, do R7, em Brasília

Especialistas ouvidos pelo R7 avaliam que desconsiderar o custo dos alimentos e da energia nos cálculos da taxa básica de juros, a Selic, não diminuiria a **inflação** do país - que alcançou, em fevereiro, o maior índice desde março de 2022 (entenda mais abaixo). A sugestão foi feita pelo vice-presidente Geraldo Alckmin nessa segunda-feira (24), dias após o Banco Central elevar a Selic para 14,25%, o maior nível desde 2016. Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, é o presidente em exercício até o fim do mês, quando Luiz Inácio Lula da Silva retorna de viagem à Ásia.

Na avaliação de economistas e consultores, as alterações serviriam apenas para "tapar o sol com a peneira" e "maquiar" os dados a fim de levar a uma queda artificial dos preços.

O economista Hugo Garbe destaca que aderir à sugestão de Alckmin seria mudar as regras para ganhar o jogo. "É só uma forma de maquiagem. A **inflação** está alta, já superou a meta. Então, seria a forma que eles encontraram para reduzir a estatística, mas a **inflação** na economia real continuaria alta", observa.

O coordenador do MBA em digital banking e gestão pública da Trevisan Escola de Negócios, Acilio Marinello, avalia que a sugestão de Alckmin expõe o governo ao demonstrar falhas na administração das despesas públicas.

"Em linhas gerais, mostra que o governo não está conseguindo articular dentro das Casas [Câmara e Senado] para aprovar as medidas necessárias, mas, principalmente, nas ações práticas na redução dos cortes das despesas", comenta Marinello, que também é sócio-fundador da consultoria Essentia.

"As ações que estão sendo propostas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que é o trâmite de toda a **reforma tributária** e dos ajustes no cálculo do Imposto de Renda, de reduzir a carga para as pessoas que ganham menos e começar a tributar os mais ricos,

não tratam do problema real, que é o déficit público", completa.

O consultor acredita que, enquanto as despesas não forem reduzidas, a pressão sobre a **inflação** não vai ceder. Marinello aponta, ainda, que a comparação com os EUA usada por Alckmin não se adequa à realidade brasileira.

"São economias, dinâmicas e malhas energéticas completamente diferentes. O vice-presidente não mencionou que o custo da energia é caro para o brasileiro não por fatores externos, mas por uma malha de distribuição ineficiente e obsoleta", destaca, ao mencionar que o custo da geração de energia no Brasil, em si, não é elevado.

"A distribuição é caríssima porque o sistema é ineficiente, antigo, vive tendo problemas de queda, os equipamentos são antigos. Então, a operação é cara por isso, não tem nada a ver com o conceito da cultura americana", acrescenta.

Sobre desconsiderar a **inflação** dos alimentos no cálculo da Selic, Marinello observa que a justificativa de Alckmin não é de toda sem sentido. No entanto, o consultor volta ao argumento de "remediar o problema principal".

"Tirar essas duas variáveis [energia e alimentos da Selic] é querer tapar o sol com a peneira. São gastos que toda a população sente, principalmente os mais pobres. Então, querer tirar isso para camuflar uma **inflação** irreal para que o Banco Central ceda e abaixe a taxa básica de juros para movimentar a economia não é o caminho. O caminho é o governo gastar menos. Os esforços deveriam ser para articular politicamente para reduzir os gastos públicos. Isso, sim, vai ajudar a abaixar a **inflação** e a taxa básica de juros", completa o consultor.

Em evento nessa segunda, o vice-presidente sugeriu que o BC altere a forma de calcular a Selic. Na avaliação dele, o índice elevado encarece o custo de capital, o que interfere na economia.

"Alimento é muito clima. Se eu tenho uma seca muito

forte, uma alteração climática muito grande, vai subir o preço de alimento. E não adianta eu aumentar os juros que não vai fazer chover. Então, eu só vou prejudicar a economia", declarou, ao citar os Estados Unidos.

"Então, eles [EUA] excluem do cálculo [**inflação** dos alimentos e energia]. Eu acho que é uma medida inteligente, e a gente realmente [pode] aumentar os juros naquilo que pode ter mais efetividade na redução da **inflação**", afirmou Alckmin, ao defender que a redução da **inflação** é "essencial".

"A **inflação** não é neutra socialmente, ela não é neutra, ela atinge muito mais o assalariado, que tem reajuste, normalmente, uma vez por ano e vê todo mês, todo dia, o seu salário perder o poder aquisitivo. Então, entendo, sim, que é uma medida que deve ser estudada pelo Banco Central brasileiro", completou.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a **inflação** no Brasil, ficou em 1,31% em fevereiro, como mostrou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), puxado, principalmente, pelo custo da energia. É o maior resultado desde março de 2022, quando o índice alcançou 1,62%. O dado foi, ainda, o mais elevado para o mês de fevereiro desde 2003.

A **inflação** acumulada em 12 meses está em 5,06% - índice acima de 3%, teto estabelecido pelo Banco Central, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. A Selic é o principal meio usado pelo BC para alcançar a meta de **inflação**.

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/tirar-alimentos-e-energia-da-selic-e-maquiar-inflacao-e-tapar-sol-com-peneira-veem-especialistas-25032025/>

O sindicato dos magistrados (Editorial)

Há poucos dias, numa sessão do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Flávio Dino se queixou dos "saltos ornamentais hermenêuticos" de juízes e outros servidores de carreiras jurídicas para engordar seus contracheques. "Vemos uma criatividade administrativa, sobretudo em temas remuneratórios, que é algo que constrange o Poder Judiciário, porque temos uma moldura constitucional e o Estatuto da Magistratura, na Lei Orgânica da Magistratura, que, a cada dia, em ziguezagues hermenêuticos, é infelizmente driblada". A ministra Cármen Lúcia fez coro, afirmando que aqueles que empregam essas manobras afrontam as normas constitucionais e o direito do cidadão. Só faltou subirem num caixote para exigir providências da Corte constitucional.

Como o STF não as toma, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aparentemente vestiu a carapuça e decidiu botar ordem na casa - mas com moderação.

Em decisão monocrática, o corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell, determinou que os penduricalhos para magistrados não poderão exceder R\$ 46,3 mil mensais, o mesmo valor do teto do funcionalismo público.

Ou seja, todos os servidores têm de viver sob esse teto, mas, acima dele, os magistrados podem construir uma espaçosa cobertura. Claro que tudo tem limite, e o limite do CNJ para a violação do teto constitucional é de 100%.

Mas mesmo esse limite é gelatinoso.

Primeiro, porque, como os penduricalhos não são tributados, um juiz que receber o montante de R\$ 46,3 mil ganhará em termos líquidos muito mais do que o dobro do teto. Depois, porque a decisão vale, a rigor, só para um caso específico de um tribunal de Sergipe, que foi levado ao STF. Para os outros ela não tem "efeitos vinculantes" e deve apenas "inspirar a adoção de providências idênticas". Como é improvável que outros tribunais e corporações - sempre ávidos na hora de invocar o princípio da "isonomia" para equiparar privilégios dados a colegas - se sintam, digamos, "inspirados", os juízes e procuradores de outros Estados, que estão sempre a se queixar da penúria e sacrifícios **impostos** à profissão, podem ficar tranquilos: o limite para os salários dos magistrados não é nem a lei nem a moral, mas apenas a "inspiração".

O caso expõe a urgência de uma legislação que regule

a concessão de benefícios e ponha fim à farra dos supersalários, mas que também reforme o CNJ.

Esse conselho e seu irmão gêmeo, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), foram concebidos no início da redemocratização e criados em 2004, na esteira de escândalos de corrupção envolvendo a Justiça. Como outros conselhos similares ao redor do mundo, eles têm uma dupla função: de um lado, garantir a autonomia de sua corporação ante os demais Poderes, e, de outro, fiscalizar a sua atuação, discipliná-la e prestar contas à sociedade. O problema é que a primeira função foi hipertrofiada na mesma proporção em que a segunda foi atrofiada.

Em que pesem alguns avanços institucionais referentes à racionalização dos serviços, esses conselhos padecem de um vício de origem: dos 15 conselheiros do CNJ e 14 do CNMP, apenas quatro são externos às carreiras. Ao longo dos anos estabeleceu-se uma simbiose entre os controladores (os conselhos) e os controlados (magistratura e Ministério Público), transformando os conselhos em um veículo de expansão do poder de juízes e procuradores e arena de reivindicação de vantagens corporativas, não se furtando para tanto a todo tipo de extrapolação das funções conferidas a eles pela Constituição. O aparelhamento por associações de classe é sistemático. Desde a sua criação, o CNMP, por exemplo, foi presidido por membros da Associação Nacional de Procuradores da República.

Os conselhos, que deveriam ser um meio para a sociedade exercer um controle sobre o Judiciário e o Ministério Público, se transformaram em sindicatos especializados em institucionalizar privilégios para juízes e procuradores.

Eles continuarão criando benefícios e arbitrando sua legalidade, a menos que os representantes do povo no Congresso cumpram sua função e estabeleçam uma regulação decente sobre as verbas do funcionalismo e uma reforma saneadora na governança dos conselhos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trump diz que vai anunciar novas tarifas

PEDRO LIMA

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou ontem que novas tarifas sobre carros, aço, alumínio e fármacos serão anunciadas "em um futuro próximo", destacando que a medida trará "bilhões de dólares" ao país. "Essas tarifas manterão os **impostos** baixos nos EUA", declarou Trump, reforçando que o anúncio será feito "muito em breve".

Trump citou que o lançamento do Serviço de Receita Externa ocorrerá em 2 de abril, data que ele e o secretário do Comércio americano, Howard Lutnick, chamaram de "dia das tarifas recíprocas", que também devem entrar em vigor nessa data. "Nesse dia, o mundo vai tratar os Estados Unidos de maneira mais justa", afirmou Lutnick. Trump acrescentou: "**Impostos** vão ser muito reduzidos nos EUA com o Serviço de Receita Externa" e garantiu que "a receita externa vai cobrir nossos gastos internos em breve".

O republicano também celebrou o retorno de empresas ao país, afirmando que US\$ 4 trilhões em negócios estão voltando para os EUA. Além disso, reforçou que "os preços já baixaram de maneira bem significativa nos EUA", citando quedas nos valores de alimentos e energia.

Quanto à política monetária, Trump reiterou sua expectativa de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) reduza as taxas de juros.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo quer tirar limite de prazo para isenção do IR

O governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei pedindo para excetuar a reforma do Imposto de Renda (IR) da regra que limita a criação ou ampliação de gastos tributários ao prazo máximo de cinco anos. Essa regra existe desde 2012 e é aplicada nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de cada ano.

A reforma da renda enviada pelo governo na semana passada ao Legislativo amplia a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês. Atualmente, está isento de recolher IR quem ganha até R\$ 2.824 por mês.

A ampliação gerará uma renúncia de arrecadação de R\$ 25,84 bilhões em 2026, valor que, segundo o Ministério da Fazenda, será integralmente compensado com a taxação das altas rendas (quem tem rendimentos anuais acima de R\$ 600 mil).

Desde 2012, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece que a concessão, renovação ou ampliação de benefício tributário precisa ter vigência de, no máximo, cinco anos, além de outras regras de transparência e controle público. O objetivo, de acordo com consultores em Orçamento ouvidos pelo Valor, foi reforçar o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece critérios para concessão ou ampliação de incentivo tributário, devido à diminuição de arrecadação que esses benefícios causam à União e, também, aos Estados e municípios, devido à partilha dos **tributos**.

Em novo projeto enviado ao Congresso Nacional, o governo pede para inserir no art. 139 da LDO deste ano que "proposições legislativas apresentadas pelo Poder Executivo associados à redução do imposto sobre a renda das pessoas físicas" ficam dispensadas de "conter cláusula de vigência do benefício de, no máximo, cinco anos", de "estar acompanhadas de metas e objetivos, preferencialmente quantitativos"; e de "designar órgão responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do benefício quanto à consecução das metas e dos objetivos estabelecidos".

Segundo a exposição de motivos do projeto assinado pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, excetuar a reforma do IR do prazo máximo de cinco anos para ampliação de isenção tributária tem como objetivo atender ao critério de progressividade

tributária previsto na Constituição Federal.

"Nesse contexto, propõe-se a adequação do texto da LDO 2025 para possibilitar que os aludidos benefícios sejam propostos sem limitação temporal, excetuando-os da exigência de vigência máxima de cinco anos. Essa alteração permitirá que o aperfeiçoamento da legislação de tributação sobre a renda de pessoas físicas preconizado na proposição do Poder Executivo federal, com vistas à promoção de equidade e justiça fiscal, seja permanente", escreveu Tebet.

Ao Valor, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) explicou que é necessário mudar já a LDO de 2025, mesmo com a ampliação da isenção do IR entrando em vigor somente em 2026, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano trata sobre as alterações na **legislação tributária** ocorridas no seu exercício. O governo precisa que a reforma do IR seja aprovada em 2025 para valer em 2026, devido ao princípio da anterioridade anual.

O consultor legislativo Marcelo de Sousa Teixeira lembra que o limite de cinco anos vai ao encontro do comando da Emenda Constitucional 109, publicada em 2021, que estabeleceu que os benefícios tributários deveriam ficar restritos a 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**), entre outras condições e limites para concessão, ampliação ou prorrogação.

"Apesar dessas iniciativas para restringir a concessão e a prorrogação de gastos tributários, em 2025 esses incentivos devem atingir 4,39% do **PIB**, patamar distante dos 2% do **PIB** pretendidos na EC nº 109/2021", pondera o consultor.

Ele também afirma que a efetividade do prazo máximo de 5 anos previsto na LDO é mitigada diante da existência de 112 benefícios tributários com prazo indeterminado, ou seja, sem previsão de término.

Procurado para comentar, o Ministério da Fazenda não respondeu.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=22§ion=1>

Gargalos para a expansão dos datacenters no Brasil (Artigo)

Winston Fritsch é empresário e consultor, PhD em Economia pela Universidade de Cambridge, e foi Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Eduardo Tobias N. F. Ruiz é sócio-diretor da Watt Capital, mestre em Agroenergia pela EESP-FGV e administrador de empresas pela EAESP-FGV.

Há sinais de que o governo está desenhando uma política integrada para incentivar investimentos em infraestrutura digital SUSTENTÁVEL. Esta política não poderia ser mais bem-vinda, tanto porque evita o gargalo da expansão do uso da inteligência artificial (IA) - talvez o fator de maior impacto para o crescimento da produtividade das economias na primeira metade deste século - quanto porque reduz a vulnerabilidade do Brasil, que hoje atende em torno de 60% de sua demanda por processamento usando data centers fora do país.

A expansão da indústria de processamento de dados no Brasil depende, principalmente, da resposta a dois desafios. Em primeiro lugar, reduzir os altos custos do processamento digital no país, que fazem com que se recorra ao processamento no exterior. Em segundo, atacar os problemas regulatórios, tributários e de infraestrutura para a expansão da oferta de geração elétrica renovável com baixa variabilidade horária.

Isto permitiria ao país aproveitar ainda a oportunidade criada pelo grande aumento esperado de procura por elétrons "limpos" pelos grandes demandantes de serviços de processamento, especialmente americanos, comprometidos com metas de emissão de carbono.

A competitividade dos datacenters é medida pelo "total cost of ownership", que depende dos custos de investimento e operação. No caso brasileiro, a menor competitividade é resultante, principalmente, do maior custo do investimento (Capex) em datacenters de última geração, quando comparado, por exemplo, aos Estados Unidos. Isso decorre especialmente da carga tributária - Imposto de Importação (II), IPI, PIS, Cofins e ICMS - que chega a majorar em mais de 70% o valor dos GPUs, processadores, roteadores etc., todos importados, somando cerca de 75% do Capex total.

O outro desafio é garantir a escalabilidade do investimento. Isto depende de atrairmos de volta a parcela da demanda de processamento de dados

brasileira atendida no exterior e pequena parte da demanda dos grandes usuários globais por serviços de processamento menos sensíveis à latência, em especial o grande uso para "treinamento" de modelos de IA, que pode ser atendido à distância via ligações de fibra ótica e, portanto, poderia ser provido remotamente com os "computes" gerados no Brasil com eletricidade renovável.

Com a redução permanente de custos e a disponibilidade de ENERGIA VERDE, é razoável supor que as big techs, clientes dos datacenters e que contabilizam ganhos de redução de emissões, se interessassem em fechar contratos de longo prazo no Brasil para atender parte de sua demanda.

A nova política deveria atacar esse duplo problema de forma criativa, com um programa no qual o governo federal garantisse às grandes operadoras globais o acesso a um pacote de incentivos já existentes para investimentos VERDE (por exemplo, REIDI, ECOInvest, emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura, e benefícios da Sudam e Sudene) e, naturalmente, implementasse a substancial redução da carga tributária para itens essenciais desses projetos.

Além disso, a precificação da externalidade negativa do uso de fontes fósseis no custo de operação de datacenters pelas big techs deverá influenciar ainda mais a decisão de investimento em favor das fontes limpas no Brasil.

O impacto deste programa poderá aumentar significativamente o investimento em ENERGIA renovável e confiável no país. Caso o Brasil visasse atrair 1% do crescimento da demanda global por processamento no exterior e toda nossa demanda projetada até 2034, teria que criar 4,16 GW de capacidade de processamento - contra 0,7 GW hoje instalados. Segundo estimativas da Watt Capital, isso representaria 5,56 GW incrementais de demanda de ENERGIA, supondo Power Use Effectiveness de 1,33. Caso essa demanda fosse atendida com 50% de eletricidade de fonte EÓLICA e 50% de FOTOVOLTAICA, considerando um fator de capacidade médio de 40%, representaria 13,9 GW de expansão em 10 anos - algo como 6% da matriz elétrica atual.

Essa expansão representaria investimentos da ordem de R\$ 785 bilhões para os datacenters mais R\$ 78,4 bilhões em geração renovável, sem incluir investimentos ancilares em expansão e reforço de redes de TRANSMISSÃO e outros, gerando milhares de empregos, grande parte na região Nordeste, e impactos fiscais indiretos que mais que compensariam a perda de receita dos **impostos** que inibem o investimento.

Entretanto, para realizar essa transformação de maneira eficiente, os gestores do sistema elétrico precisam tomar algumas medidas urgentes. Atualmente, a forma mais competitiva dos datacenters brasileiros originarem sua eletricidade é via contratos de autoprodução por equiparação junto a usinas EÓLICA e FOTOVOLTAICA. Contudo, o iminente fim do desconto de 50% sobre as tarifas de uso da rede tornará essa modalidade contratual menos competitiva para novos projetos, gerando diferencial competitivo para projetos com parte da geração renovável conectada diretamente aos projetos de datacenters (autoprodução in loco).

Ainda assim, os projetos seguirão dependendo da conexão junto ao Sistema Interligado Nacional para ter confiabilidade. Nesse modelo de negócio, haverá vantagem competitiva para projetos híbridos de fonte EÓLICA e FOTOVOLTAICA complementares (principalmente no Nordeste) e maior será a vantagem caso possam usufruir de sistemas de armazenamento de ENERGIA em baterias (SAEB). Entretanto, a regulação dos SAEBs ainda não foi definida, e sua carga tributária supera 70%, exigindo mudanças para sua adoção na escala necessária.

Portanto, para que o SETOR ELÉTRICO não seja um gargalo para o crescimento do processamento de dados no Brasil, seria crucial trabalhar paralelamente em três frentes. Uma seria a simplificação e priorização do processo de autorização de acesso à rede por projetos de datacenters. Outra, a implementação de medidas de caráter fiscal (por exemplo, a extinção do Imposto de Importação e antecipação do fim do IPI) para células de baterias e SAEBs e de acesso a incentivos existentes. Finalmente, em medidas regulatórias, tais como a manutenção dos benefícios atuais de Autoprodução por Equiparação para os projetos existentes, além da não penalização dos novos projetos de geração renovável pelos prejuízos decorrentes da parcela do curtailment, fora do controle dos geradores.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=22§ion=1>

Incertezas sobre políticas de Trump afetarão anúncios em 2025, alerta Sorrell

Daniel Thomas *Financial Times, de Londres*

As incertezas decorrentes das tarifas alfandegárias americanas [do presidente Donald Trump se somarão aos problemas do setor publicitário em 2025, alertou sir Martin Sorrell, em meio ao recuo dos gastos de seus clientes na área de tecnologia, que levou a agência de marketing britânica S4 Capital a ter um aumento no prejuízo no ano passado.

Sorrell, fundador e presidente-executivo do conselho de administração da S4 Capital, disse nesta segunda-feira (24) ter-se visto obrigado a contabilizar encargos de 280 milhões de libras esterlinas (US\$ 356 milhões) no ano fiscal passado - livre de **impostos** -, relativos às condições comerciais mais duras.

O ajuste elevou o prejuízo da agência nos 12 meses até o fim de dezembro para 306,9 milhões de libras - frente à perda de 14,3 milhões de libras no ano anterior.

A S4 anunciou uma queda de 16,1% na receita, para 848 milhões de libras, reflexo da redução nos gastos com marketing por parte de clientes do setor de tecnologia, que, segundo a agência, redirecionaram esse dinheiro para investimentos na capacidade deles na área de inteligência artificial (IA). As empresas tecnológicas representam cerca de metade da receita total da firma.

Sorrell criou a S4 em 2018, após deixar a WPP, e conseguiu fazer a empresa chegar a um valor de mercado superior a 5 bilhões de libras, uma vez que muitos investidores compraram sua ideia de erigir uma agência de marketing britânica voltada ao mundo digital, com foco em tecnologia e crescimento por meio de aquisições.

Nos últimos anos, porém, a empresa sofreu com a diminuição dos gastos em marketing por parte de clientes, em meio à alta dos juros e às condições de mercado mais difíceis. Após uma série de alertas sobre o lucro desde 2022, as ações da S4 permanecem próximas aos patamares mais baixos já registrados, com a companhia agora avaliada em pouco mais de 200 milhões de libras.

Nesta segunda-feira (24), Sorrell disse que o desempenho da S4 reflete "o impacto das condições

macroeconômicas globais desafiadoras, da continuidade dos juros altos e de certo desempenho abaixo do esperado, quando comparado às oportunidades disponíveis em nossos mercados".

Ele acrescentou que "a incerteza na política econômica global, particularmente com as tarifas" e que questões como "as relações EUA/China, Rússia/Ucrânia e Irã" continuarão "voláteis" em 2025, o que deve manter os clientes "cautelosos".

A firma destacou que prosseguiu com seus cortes de custos no ano passado e reduziu o quadro de funcionários em 7%. A receita líquida e o lucro operacional ficaram acima das expectativas de analistas e a S4 encerrou o ano com dívida líquida de 142 milhões de libras.

O conselho de administração propôs um dividendo final de 1 pence por ação, em um total de 6,1 milhões de libras. As ações chegaram ao fim do pregão em alta de 5,64%, cotadas a 34,82 pence.

Segundo analistas do banco de investimento Peel Hunt, a S4 "teve progressos no controle de custos, e as margens continuaram resilientes apesar da queda na receita". "Acreditamos [no entanto] que, para as ações ganharem ímpeto, é preciso um cenário mais favorável para o setor e um crescimento mais sólido."

(Tradução de Sabino Ahumada)

**

As relações EUA/Chi na, Rússia/Ucrânia e Irã continuarão voláteis, e os clientes cautelosos Martin Sorrell

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188148?page=12§ion=2>

Importações crescem 44,6% em janeiro

Da Redação

Produtores rurais de Mato Grosso e de todo o país aderem à importação de máquinas agrícolas em busca de produtividade e rentabilidade. Dados da plataforma Comex Stat apontam que a aquisição de maquinários voltados à preparação do solo para os trabalhos no campo cresceu até 44,6% em janeiro de 2025 em relação ao início de 2024, movimentando pouco mais de US\$ 9,2 milhões em janeiro de 2025.

Já os equipamentos para colheita ou debulha de produtos agrícolas giraram mais de US\$ 33,1 milhões no país - alta anual superior a 18 pontos percentuais.

Para a desenvolvedora de novos negócios da WM Trading, Amanda Verjovsky, o crescimento da China neste tipo de operação está conquistando mercado nos últimos anos. Outro atrativo para a importação de maquinários são os benefícios fiscais exclusivos. "A importação via trading possibilita acesso a incentivos diferenciados, como regimes especiais que reduzem **tributos** na nacionalização. Isso garante que o produtor invista em tecnologia de ponta sem comprometer o orçamento". (JF)

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Inflação pode surpreender

RAPHAEL PATI

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, demonstrou estar confiante com a trajetória dos preços no Brasil e destacou que todos podem se "surpreender positivamente" com a **inflação** deste ano.

O chefe da equipe econômica atribuiu as expectativas ao comportamento do câmbio. "Até em virtude do que a geopolítica está nos reservando, que penso que é o oposto do que está sendo projetado", disse durante um evento promovido ontem pelo jornal Valor Econômico, em São Paulo.

"O dólar se fortaleceu muito no ano passado no mundo inteiro, mais um pouco no Brasil, agora este ano começa a acomodar em uma patamar mais ou menos condizente com os nossos pares, ainda está um pouco fora, então eu não acredito que essa má surpresa que tivemos no ano passado vai se repetir para o Brasil", acrescentou o ministro.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou a taxa básica de juros da economia, a Selic, para 14,25% ao ano, em um movimento para conter a **inflação** no país, que em 2024 acumulou 4,83% nos 12 meses do ano.

Segundo Haddad, o cenário macroeconômico deve favorecer as projeções para este ano, além de auxiliar o trabalho do Banco Central em conter a **inflação** pelo lado da política monetária.

Apesar disso, o ministro se esquivou ao tentar prever o patamar da Selic ao final do ano.

"É difícil dizer, porque é até constrangedor fazer esse tipo de projeção", disse. "O que eu entendo é que hoje nós temos alguma razão para otimismo neste ano. Não sei o que vai ser possível em termos de margem de manobra, grau de liberdade, não posso antecipar. Mas eu acredito que nós vamos ter uma margem de manobra um pouquinho maior do que está sendo previsto", completou.

Arcabouço fiscal Sobre a manutenção do arcabouço fiscal, aprovado em 2023, o ministro disse que não pretende mudar a "arquitetura" da regra, apesar de reconhecer que podem ser feitos ajustes, como o que ocorreu no ano passado, quando o governo decidiu "afrouxar" a meta.

"Ninguém discorda que você vai ter que fazer ajustes

na máquina.

Você está pilotando um carro, você não vai até o seu destino sem parar em uma mecânica, em um posto de gasolina, você vai ter que fazer reparos na máquina para ela andar bem. Mas eu penso que, do ponto de vista da arquitetura, eu estou confortável com o modelo atual", avaliou.

Haddad reforçou ainda que o governo continuará perseguindo as metas que foram estabelecidas no arcabouço e que o ambiente criado nos últimos dois anos tem rendido bons resultados.

"Nós vamos perseguir (a meta), porque a gente entende que é necessário. Não estamos fazendo concessão teórica e política a ninguém. É uma convicção minha de que isso é muito importante e eu tenho o aval do presidente para perseguir, com as dificuldades que ele conhece, que não são pequenas", concluiu.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/03/25/all.pdf>

Mercado mais otimista

previsão de agentes do mercado financeiro consultados pelo Boletim Focus também se mostrou mais otimista em relação à **inflação** e ao câmbio para 2025.

De acordo com o relatório semanal, publicado ontem pelo Banco Central (BC), a mediana das projeções indica que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano foi reduzida de 5,66% para 5,65%.

A estimativa sobre a **inflação**, que manteve uma trajetória de alta no início deste ano, agora se mantém estável, com uma ligeira queda. Na avaliação do economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo, esse movimento decorre da perspectiva de redução de preço dos alimentos, além da estabilidade no preço do transporte e da energia elétrica, que na visão do especialista, não deve comprometer mais o índice.

"Em fevereiro, teve a saída do benefício de Itaipu. E também a sazonalidade da educação também não deve comprometer os próximos índices. Então, a expectativa de **inflação** para o final de um ano é um pouco menor, mas continua ainda preocupante", considera o professor.

Nesta semana, os investidores ficam atentos a novos dados da **inflação** que serão publicados nos próximos dias. No próximo dia 27, está prevista a divulgação do IPCA-15, com dados levantados até a primeira quinzena de março. Já no dia seguinte, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) publica o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) com dados do mês atual.

Já em relação ao câmbio, o mercado espera um dólar menos valorizado ao final do ano com a teoria do 'Trump Trade' perdendo força, à medida que as ações do presidente dos EUA se refletem em dados econômicos mais fracos no país. Diante disso, a mediana das estimativas, segundo o Focus, passou de R\$ 5,98, na publicação anterior, para R\$ 5,95 neste último relatório.

"Já esperávamos que houvesse essa queda do dólar, porque ele foi altamente influenciado pela especulação, em função da posse do novo presidente dos Estados Unidos. A previsão do mercado é que ele vai continuar próximo a R\$ 6, mas vai ter um comportamento mais equilibrado.

Isso é importante porque também impacta preços

importados, sobretudo aqueles que impactam a **inflação** como o trigo e o combustível", avalia Bergo.

Sobre a atividade econômica, o mercado reduziu levemente a previsão para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2025, com a mediana das estimativas passando de 1,99% para um crescimento de 1,98% neste último boletim.

Enquanto isso, a expectativa para a taxa básica de juros permanece inalterada, no patamar de 15% ao ano. (RP)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/03/25/all.pdf>

Alta criminalidade trava o crescimento do Brasil - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

O Brasil vive uma epidemia de insegurança que se alastra das grandes às pequenas cidades e que provoca graves danos à economia do país.

Segundo um estudo realizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o **PIB** brasileiro poderia crescer 0,6 ponto percentual a mais se a criminalidade recuasse para a média mundial. No entanto, estamos muito distantes disso - em algumas regiões, os índices de violência figuram entre os mais altos do mundo. Outro levantamento aponta as perdas para as empresas: a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomércioSP) calcula que as companhias instaladas em território paulista deixam de faturar R\$ 60 bilhões por ano em decorrência da violência. O que preocupa é a incapacidade das autoridades - sejam federais, estaduais ou municipais - de enfrentar o problema. Sem o esforço de todos, o país continuará a desperdiçar seu potencial econômico, sufocar o setor produtivo e comprometer o bem-estar da população

Com US\$ 107 bilhões em vendas, BYD supera Tesla Enquanto a americana Tesla enfrenta boicotes, a chinesa BYD acelera com força: em 2024, a empresa faturou US\$ 107 bilhões, superando pela primeira vez a Tesla, que teve receitas de US\$ 97,7 bilhões no mesmo período.

No ano passado, a companhia chinesa vendeu 1,76 milhão de veículos 100% elétricos, aproximando-se das 1,79 milhão de unidades comercializadas pela concorrente dos Estados Unidos. Entre os modelos híbridos, a BYD lidera o mercado, com 4,27 milhões de veículos vendidos.

Nike perde fôlego e vê ações despencarem com crise de inovação Após anos no topo da indústria esportiva, a Nike enfrenta uma crise de identidade. Nos últimos doze meses, a cotação das ações da empresa caiu 30%, atingindo o menor nível em cinco anos, como efeito direto da queda nas vendas. O que aconteceu com a marca que já ditou o ritmo do mercado?

A entrada de novos concorrentes é um desafio. Para especialistas, contudo, o que falta à companhia que criou o icônico tênis Air Jordan é retomar sua capacidade de inovar, algo que se perdeu nos últimos

anos.

Guedes e Montezano criam fundo para desenvolver mercado de motos elétricas Paulo Guedes, ex-ministro da Economia, e Gustavo Montezano, ex-presidente do BNDES, apostam alto no mercado de motos elétricas.

A gestora Yvy, criada pela dupla, lançou um fundo que pretende captar recursos para o setor. Chamado de Fundo FIP Yvy Fábrica de Negócios, ele mira levantar US\$ 50 milhões. O objetivo é estruturar projetos que ampliem as vendas anuais de motos elétricas de 7 mil para 600 mil até 2035, desenvolvendo áreas como produção e recarga de baterias.

RAPIDINHAS

» A companhia aérea Gol assinou nesta semana um compromisso com investidores para levantar até US\$ 1,25 bilhão, como parte do plano de reestruturação previsto em seu processo de recuperação judicial nos Estados Unidos.

Segundo a empresa, o valor será usado principalmente para pagar dívidas e reforçar seu capital de giro.

» O Google lançou o FireSat, o primeiro satélite do mundo dotado de recursos de inteligência artificial, capaz de detectar incêndios florestais em até 20 minutos.

Desenvolvido em parceria com a startup Muon Space, o FireSat também terá papel vital em estudos sobre os impactos causados pelas mudanças climáticas.

» O Cadastro Positivo - banco de dados que reúne o histórico de pagamentos dos consumidores - se tornou uma ferramenta importante para as empresas. Segundo a Serasa Experian, companhias que utilizam a solução aumentam a concessão de crédito em 22% e reduzem a inadimplência em 12% em comparação com aquelas que não adotam o serviço.

» Em 2024, a chinesa Shein alcançou participação de 1,5% no mercado global de vestuário. Parece pouco, mas o número surpreende, superando concorrentes com longa trajetória no setor, como Zara e Louis Vuitton.

O segredo da Shein está nos preços baixos e na rápida adaptação às tendências.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/03/25/all.pdf>

Alckmin sugere um novo cálculo da Selic

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, defendeu ontem que o Banco Central (BC) desconsidere a **inflação** de alimentos e energia ao definir a taxa básica de juros, a Selic. A declaração vem após o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevar a Selic para 14,25% ao ano para conter a **inflação**, na última quarta-feira (19).

Alckmin mencionou o exemplo do banco central dos Estados Unidos, que retira esses dois índices do cálculo dos juros básicos da economia estadunidense. "Uma taxa de juros elevada, como a Selic, em 14,25% ao ano, ela atrapalha a economia, porque torna muito caro o custo de capital", disse, em evento promovido pelo jornal Valor Econômico.

Para o presidente em exercício, os aumentos nos preços de alimentos e energia são impulsionados por fatores externos e de natureza pontual, como eventos climáticos adversos e tensões geopolíticas, como guerras. Segundo o também ministro, esses eventos impactam os preços de forma significativa, mas não possuem uma relação

direta com a política monetária e, portanto, com a taxa de juros.

"Alimento é muito clima. Se eu tenho uma seca muito forte, uma alteração climática muito grande, vai subir o preço de alimento. E não adianta eu aumentar os juros que não vai fazer chover. Então eu só vou prejudicar a economia", disse, lembrando que no caso da energia, os preços do barril do petróleo são definidos internacionalmente.

Embora o Banco Central tenha entre seus objetivos principais o controle da **inflação**, a visão do ministro sugere uma análise mais flexível e atenta aos choques de oferta que podem influenciar os índices de preços.

"Então, eles [banco central dos EUA] excluem do cálculo [alimentos e energia]. Eu acho que é uma medida inteligente, e a gente realmente [pode] aumentar os juros naquilo que pode ter mais efetividade na redução da **inflação**", explicou Alckmin.

"A redução da **inflação** é essencial. A **inflação** não é neutra socialmente, ela não é neutra, ela atinge muito mais o assalariado, que tem reajuste, normalmente, uma vez por ano e vê todo mês, todo dia, o seu salário perder o poder aquisitivo. Então, entendo, sim, que é uma medida que deve ser estudada pelo Banco

Central brasileiro", argumentou o presidente em exercício.

Alckmin também alertou para o impacto do aumento da Selic

nas contas públicas. Segundo cálculos apresentados por ele, cada elevação de 1 ponto percentual na taxa básica de juros onera a dívida pública em aproximadamente R\$ 48 bilhões.

Juros básicos

Puxada pela alta da energia elétrica em fevereiro, a **inflação** oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 1,31%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior resultado desde março de 2022, quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%). Em 12 meses, o IPCA soma 5,06%.

O índice está acima do teto da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de **inflação**. A alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o Copom aumentar mais uma vez os juros, em 1 ponto percentual, na reunião da semana passada, o quinto aumento seguido da Selic, em um ciclo de contração na política monetária (Da Agência Brasil).

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-5670721a44da5f1e001fd7b662c1dfe9.pdf

Alckmin defende retirar alimento e energia do cálculo da inflação

GABRIELA JUCÁ e FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, defendeu ontem retirar os preços dos alimentos e da energia do cálculo da **inflação**. Ele defendeu um cálculo feito nos moldes do que acontece nos Estados Unidos.

"Eu mencionei o exemplo americano porque ele tira do cálculo da **inflação** alimento, porque alimento é muito clima.

Se eu tenho uma seca muito forte, uma alteração climática muito grande, vai subir o preço de alimento, e não adianta eu aumentar os juros, que não vai fazer chover", afirmou em participação remota no evento Rumos 2025, organizado pelo jornal Valor Econômico.

Segundo ele, isso só "prejudica a economia". "No caso do Brasil, pior ainda, porque aumenta a dívida pública. Cada 1% da taxa Selic o impacto é de R\$ 48 bilhões na dívida, no pagamento da dívida. E também tiram (nos EUA) a energia, preço de barril de petróleo. Não adianta aumentar juros, que não vai baixar o barril do petróleo.

Isso é guerra, é geopolítica.

Então eles excluem no cálculo", afirmou. Segundo ele, essa é uma "medida inteligente".

Alckmin defendeu "aumentar os juros naquilo que pode ter mais efetividade na redução da **inflação**". "Claro que a redução da **inflação** é essencial.

A **inflação** não é neutra socialmente, ela atinge muito mais o assalariado que tem reajuste normalmente uma vez por ano e vê todo mês, todo dia, o seu salário perder poder aquisitivo.

Entendo, sim, que é uma medida que deve ser estudada pelo Banco Central", afirmou.

O presidente em exercício ressaltou que não adianta elevar os juros para combater a **inflação** de choques de alimentos e petróleo. "Acho que o Banco Central vai analisar a questão da alta da Selic diante de choques inflacionários", disse Alckmin, que aposta na safra recorde de grãos e na apreciação do real ante o dólar para reduzir a **inflação**.

FOCUS. A mediana do relatório Focus para o IPCA de 2025 caiu pela segunda semana seguida, de 5,66% para 5,65%.

Um mês antes, também estava em 5,65%. Considerando só as 98 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana passou de 5,68% para 5,66%.

**

Haddad diz que confia no arcabouço fiscal e que não fará mexidas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo está comprometido com as metas de resultado primário, para o qual disse ter o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Haddad fez um apanhado das medidas adotadas pelo atual governo no campo econômico e do que espera a partir deste ano para a economia brasileira.

"O arcabouço fiscal, se reforçar os fundamentos, não terá problema de crescimento, de déficit, de **inflação**.

Confio no desenho que foi feito em 2023", disse, acrescentando que "o arcabouço corrige a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sem a fantasia do teto de gastos".

"Poderia ter sido convencido pela realidade de que alguma coisa poderia ser mudada.

Não ia ser vergonha nenhuma mudar um parâmetro ou outro do arcabouço.

Estou convencido de que ele funciona", afirmou o ministro.

I F.C.S. e G.J.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dólar vai a R\$ 5,75 após sobe e desce por Haddad

ISA MORENA VISTA E JOÃO SORIMA NETO

O dólar comercial fechou ontem em alta de 0,61%, a R\$ 5,751, no terceiro dia seguido de avanço da moeda. Logo no início da manhã, declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o arcabouço fiscal provocaram um sobe e desce nas cotações. Dúvidas sobre os rumos da política monetária americana e as ameaças tarifárias do presidente dos EUA, Donald Trump, fizeram o dólar subir não só em relação ao real, mas sobre a maior parte das divisas. Enquanto as bolsas americanas fecharam em alta, o Ibo-vespa recuou 0,77%. Os juros futuros subiram.

Ao participar do evento "Rumos 2025", do jornal Valor, em São Paulo (leia mais abaixo), Haddad defendeu a "arquitetura" do arcabouço fiscal, mas disse que "os parâmetros" do mecanismo podem ser alterados.

- Penso que todo mundo considera essa arquitetura robusta. Mas ninguém discorda de que vai ter de fazer ajuste da máquina. Você está pilotando um carro, você não vai até seu destino sem parar numa mecânica, no posto, você vai ter de fazer reparos na máquina para ela andar bem. Mas penso que, do ponto de vista da arquitetura, estou confortável com o modelo atual. Quando tivermos estabilidade da dívida/**PIB**, uma Selic mais comportada, **inflação** mais comportada, você vai poder mudar os parâmetros do arcabouço. Mas, na minha opinião, não deveríamos mudar a arquitetura - afirmou Haddad.

As declarações do ministro foram interpretadas no mercado cambial como um sinal de um possível afrouxamento da política fiscal. Após os comentários de Haddad, o dólar acelerou e chegou a R\$ 5,77, a máxima do dia (veja no gráfico).

MINISTRO REAGE

Pouco tempo depois do pico da moeda, Haddad fez uma postagem na rede social X para rebater interpretações que julgou distorcidas.

"Estão tentando distorcer o que falei agora em um evento do Valor. Disse que gosto da arquitetura do arcabouço fiscal. Que estou confortável com os seus atuais parâmetros. E que defendo reforçá-los com medidas como as do ano passado. Para o futuro, disse

que os parâmetros podem até mudar, se as circunstâncias mudarem, mas defendo o cumprimento das metas que foram estabelecidas pelo atual governo", escreveu o ministro.

Imediatamente após o post de Haddad, a alta do dólar perdeu fôlego e a cotação desceu rapidamente, para R\$ 5,72.

- O mercado acabou recebendo mal as falas (iniciais). Mas, por outro lado, entendo que esse comportamento do câmbio foi mais especulativo, porque, na minha visão, não vi os comentários de forma tão piores assim quanto o mercado enxergou - afirmou Cristiane Quartarolli, economista-chefe do Ouribank.

Mas após o período de "trégua", o dólar voltou à trajetória de alta, seguindo o ritmo da moeda no mercado internacional. Libra, franco suíço, iene e yuan caíram ontem. O índice DXY -que mede a força do dólar frente a uma cesta de seis moedas - avançou 0,22%. O peso chileno caiu 0,76%, e o won sul-coreano perdeu 0,23%.

Na visão de Elson Gusmão, diretor de Operações da Ouro-minas, declarações do presidente distrital do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de Atlanta, Raphael Bostic, impulsionaram a alta do dólar ao redor do mundo. Bostic disse que, diante das incertezas, ele avalia que haverá apenas um corte nos juros americanos em 2025. Grande parte dos analistas nos EUA aposta em dois cortes.

- O Bostic é um dos membros mais ativos do Fome (o Copom americano), e quando ele diz que tem a opção de só um corte na taxa de juros isso acaba dando munção para que os outros acabem pensando sobre essa incerteza também - afirma Gusmão.

As políticas tarifárias de Trump também seguiram no radar dos investidores. O presidente americano disse que vai taxar em mais 25% as importações de qualquer país que comprar petróleo ou gás da Venezuela. Por outro lado, informações de que as tarifas recíprocas que Trump pretende implementar em 2 de abril devem ser aplicadas apenas a um grupo específico de países (ou seja, existiriam isenções) acabaram impulsionando o apetite por risco nos EUA, levando as bolsas americanas a fecharem em alta. O Dow Jones subiu 1,42%, o S P 500 avançou 1,76%, e

o Nasdaq valorizou 2,27%.

CORREÇÃO NA BOLSA

Para Bruna Sene, analista de renda variável da Rico, o recuo de 0,77% do Ibovespa mostra que o mercado brasileiro passa por correção natural das altas recentes. O principal índice de ações do Brasil ainda acumula alta de 6,94% em março.

Os juros futuros fecharam em alta pela terceira sessão consecutiva, em sintonia com o novo avanço do dólar. O DI para janeiro de 2026 - um dos mais líquidos no curto prazo - subiu de 14,95% para 15,03%. A taxa para janeiro de 2027 avançou de 14,7% para 14,9%.

**

Projeção de inflação volta a cair

Os analistas do mercado financeiro reduziram pela segunda semana seguida a projeção de inflação de 2025. Segundo o último Boletim Focus, do Banco Central, divulgado ontem, houve pequena redução na estimativa do IPCA de 5,66% para 5,65%, ainda muito acima do centro da meta de 3% e do teto de 4,5%.

A projeção para o dólar também foi revista para baixo, de R\$5,98 para R\$ 5,95. Já a taxa básica de juros para o fim de 2025 ficou estável em 15% ao ano. Na semana passada, o BC elevou a Selic pela quinta vez seguida, para 14,25%, e indicou alta em maio.

O mercado reduziu ligeiramente a estimativa de crescimento da economia em 2025. A projeção do PIB recuou de 1,99% para 1,98%.

Para o fim de 2026, o mercado manteve a projeção anterior da Selic a 12,50% ao ano. mas elevou a estimativa de inflação de 4,48% para 4,50%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Prioridades do governo estão fora de lugar, diz Arminio Fraga

JOÃO SORIMA NETO E SAMUEL LIMA

O economista e ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga afirmou ontem que as prioridades do governo estão fora do lugar e isso vem aprofundando o problema fiscal do país. Ele avalia que há espaço para políticas que levem algum tempo para fazer efeito, desde que sejam críveis e profundas. Para o economista, há falta de diagnóstico das lideranças do país.

Arminio e o ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan; o ex-secretário do Tesouro e economista do BTG, Mansueto Almeida; e a economista e colunista do GLOBO Zeina Latif, sócia da Gibraltar Consulting, discutiram ontem a situação fiscal do país e os caminhos para o desenvolvimento sustentável no evento "Rumos 2025", realizado pelo jornal Valor Econômico, que reuniu políticos, economistas e especialistas em geopolítica e clima.

Arminio diz que a Previdência, o tamanho da folha de pagamento do Estado e os gastos tributários poderiam contribuir para melhorar as contas do país:

- Vejo um problema grande do ponto de vista fiscal. O que nós precisamos vai além do resultado primário para fazer a dívida pública cair. Não adianta estabilizar nesse nível, a dívida precisa cair.

MALAN: PAÍS ENVELHECE

Além dos gastos com a Previdência, que são crescentes, Arminio citou o tamanho do "RH" do Estado, afirmando que o gasto com os servidores é um "ponto fora da curva". Ele disse que as despesas previdenciárias e a folha de pagamento do funcionalismo público somam 80% das despesas. Além disso, há os chamados gastos tributários, que são na maior parte subsídios a setores específicos da economia:

- Parte desse subsídio não faz mais sentido econômico e social. Hoje, ele come sete pontos percentuais do **PIB**. Se essas áreas pudessem contribuir com um ajuste de dois pontos do **PIB**, mudaria a cara do Brasil.

O ex-ministro Pedro Malan disse que é possível e "inexorável" fazer um ajuste fiscal, mesmo em um país

polarizado. Ele destacou que a História não registra nenhum país do mundo que tenha ficado rico depois de ter envelhecido:

- Nós estamos envelhecendo e os efeitos sobre as contas públicas e os gastos com envelhecimento vão ficar evidentes nas duas próximas décadas. A política tem que começar a olhar essas questões de longo prazo e superar a armadilha da renda média.

O ex-secretário do Tesouro e economista-chefe do banco BTG Pactual, Mansueto Almeida, avalia que o principal problema é que não se sabe quando a dívida pública vai parar de crescer. E observou que juros altos fazem a dívida crescer ainda mais. Mansueto afirmou que enquanto não for possível responder quando a dívida pública começará a cair, o Brasil não deverá recuperar o chamado grau de investimento, nota de bom pagador dada pelas agências de classificação de risco.

- Não vemos a dívida se estabilizando. Temos uma situação de juro alto e déficit nominal elevado. E o arcabouço fiscal, que prevê crescimento real da despesa, não é suficiente para se enxergar quando a dívida vai parar de crescer - disse Mansueto, reconhecendo o esforço do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

ZEINA: 'QUAL É O NORTE?'

Zeina Latif avalia que não se trata apenas do cumprimento da meta fiscal:

- É preciso de previsibilidade. Não se consegue saber qual vai ser o caminho das contas públicas e o impacto nas variáveis econômicas. O governo precisa mostrar um norte não apenas de curto prazo, mas qual vai ser o caminho, em que cada vez mais a política entra. E se o PT continuar (no governo)? Qual vai ser o norte?

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fazer gestão financeira de risco climático é urgente

Em 2024, o Brasil passou por dez eventos climáticos extremos, segundo dados da Organização Meteorológica Mundial, sendo três considerados "sem precedentes": as chuvas no Rio Grande do Sul entre abril e maio, a seca na Amazônia com ápice em julho e a onda de calor que atingiu o Mato Grosso (Pantanal) em agosto.

Com a frequência de situações como estas aumentando, mapear e incorporar os riscos climáticos na gestão financeira e no planejamento estratégico se tornam uma questão de sobrevivência para governos, empresas, bancos e seguradoras. Foi o que defenderam especialistas que participaram do painel sobre finanças climáticas conduzido pela colunista e repórter especial do Valor Daniela Chiaretti, no evento "Rumos 2025", nesta segunda-feira (24).

"O novo normal do clima é mais volátil, mais extremo. Já está presente, não é algo do futuro, e pressiona as contas públicas", afirmou Gustavo Pinheiro, associado sênior do think tank de diplomacia climática E3G. "A questão que se impõe é por quanto tempo vamos tratar isso como exceção."

Pinheiro afirma que os custos com adaptação e mitigação climática são, ainda, vistos no orçamento público mais como "despesas extraordinárias", o que, em sua opinião, é reflexo de uma mentalidade que precisa ser atualizada. "Se os eventos climáticos se tornam recorrentes, esses desembolsos devem deixar de ser tratados como emergenciais e serem tratados como estruturais."

É imperativa, ainda, a destinação inteligente desses recursos, diz Pinheiro. "Estamos fazendo com que a reconstrução após cada catástrofe produza uma infraestrutura mais resiliente para evitar a próxima catástrofe, ou estamos simplesmente reconstruindo a nossa infraestrutura como ela era, vulnerável, para ela ser destruída na próxima catástrofe?", indagou.

A secretária nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento, Virgínia de Ângelis, afirmou que a pasta está trabalhando em uma plataforma que mostrará para onde estão indo os recursos públicos direcionados a ações de adaptação e mitigação climáticas.

"Isso vai nos permitir tanto quantificar o gasto climático

quanto monitorá-lo", diz. Ângelis comenta que o "orçamento climático" é uma prática que dois terços dos países da OCDE já utilizam, inclusive países da América Latina e Caribe, como México, Colômbia, Chile, Costa Rica e Jamaica.

Segundo ela, no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, já foi possível identificar R\$ 19 bilhões de gastos com a agenda climática, com uma previsão de crescimento desse valor para 2025. "Com a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, esse valor ficou em R\$ 29 bilhões, e no PPA [Plano Plurianual] de 2025 estava estimado em R\$ 32 bilhões."

Ângelis diz que o ministério também está calculando o preço da inação em cenários de aumento de 1,5°C a 4°C na temperatura global. "Estamos avaliando os efeitos sobre os preços dos alimentos, o Produto Interno Bruto (PIB), a geração de empregos e vários setores econômicos."

Edvaldo Santana, consultor, colunista do Valor e conselheiro independente do Instituto Clima e Sociedade, defendeu os investimentos em adaptação, mas reiterou que é preciso encontrar fontes de recursos, para que não se ampliem as desigualdades no país.

Como ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Santana cita como exemplo o setor elétrico, que precisará gastar com adaptação climática, a partir de 2030, mais de R\$ 70 bilhões ao ano. "Isso significa mais de 20% de aumento da tarifa [de energia elétrica ao consumidor]. O pobre não vai conseguir pagar por isso, então temos que arrumar uma maneira via finanças climáticas", diz.

Ele observa também que é necessário haver comprometimento com a diminuição da dependência de combustíveis fósseis e fez críticas ao que chamou de "petrocentrismo", acrescentando que essa visão está atrasando os esforços para a transição energética.

O novo normal do clima é mais volátil, mais extremo. Já está presente e pressiona as contas públicas"

- Gustavo Pinheiro

Denise Hills, conselheira de empresas e especialista

em sustentabilidade, reitera que, para o setor privado, "é impossível fazer boa gestão de risco e de investimento sem considerar o impacto climático no balanço".

Para ela, não há como retroceder nessa agenda. "A despeito de os bancos terem saído de alianças globais para se proteger de eventuais riscos de processos judiciais e litígios, isso não significou que eles retrocederam das metas individuais de sustentabilidade."

Seu argumento é de que o tema se tornou "material" ao setor privado, ou seja, está entre as prioridades na gestão de risco e identificação de oportunidades de negócios. Mas a regulação, sem dúvida, lembra Denise, é uma fonte relevante de pressão.

Ela cita como exemplo a resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que exigirá, a partir de 2027, das empresas listadas a adoção de duas normas padronizadas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) referentes a divulgação de informações sobre riscos e oportunidades ligados à sustentabilidade e clima, úteis para os agentes econômicos na tomada de decisões.

A evolução da regulação e aumento de transparência, para Hills, também ajudará a diferenciar quem pratica "greenwashing", ou seja, tem pouca coerência entre o que fala e faz, e quem adota práticas sérias de sustentabilidade.

Dyogo Oliveira, presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), observa que a ocorrência mais frequente de eventos climáticos extremos reforça a necessidade de empresas e governos se protegerem desses riscos com seguros.

"Só no evento do Rio Grande do Sul ano passado, estimamos uma perda econômica de R\$ 100 bilhões. O setor de seguros cobriu R\$ 6 bilhões disso, apenas", comenta. Da área agrícola gaúcha, só 6% estavam cobertos com seguros específicos. "Nos últimos nove, dez anos, o Brasil teve acima de R\$ 300 bilhões em perdas causadas por incidentes climáticos, 90% disso impactam a agricultura brasileira", afirmou Oliveira, que já foi ministro do Planejamento e presidente do BNDES.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=22§ion=1>

Países intensificam negociações comerciais

Os países que serão alvo das tarifas de importação dos EUA têm se apressado a oferecer concessões e dar respostas defensivas às demandas da Casa Branca na última semana antes do "Dia da Libertação" do presidente Donald Trump.

O comissário do Comércio e Segurança Econômica da União Europeia, Maros Sefcovic, estará hoje nos EUA, para uma reunião com o secretário de Comércio americano, Howard Lutnick, e o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer. No mesmo dia, uma delegação americana chegará à Índia para negociações sobre um acordo comercial bilateral e Nova Déli aproveitará para tentar conseguir uma isenção das chamadas tarifas recíprocas de Trump.

A embaixada dos EUA em Nova Déli informou ontem que Brendan Lynch, representante comercial adjunto dos EUA para a Ásia Central e do Sul, e uma equipe visitarão a Índia esta semana como parte de um processo de negociações comerciais em andamento.

O frenesi de negociações reflete a urgência de alguns dos principais parceiros comerciais dos EUA em tentar convencer o governo Trump de que darão atenção a suas queixas sobre desequilíbrios que, segundo o presidente, prejudicam há décadas os trabalhadores americanos.

Trump já disse em várias ocasiões que suas tarifas generalizadas não só tornarão o comércio mais justo, como também aumentarão a alavancagem dos EUA em outras negociações diplomáticas e vão gerar receitas enormes para o Tesouro americano.

O premiê da Irlanda, Micheál Martin, advertiu que a abordagem de Trump para as tarifas cria o risco de expor as divisões na União Europeia (UE): por exemplo, a França defende uma resposta dura, enquanto a Itália se mostra preocupada com qualquer reação do tipo olho por olho.

O processo de identificar que países específicos serão alvo de uma nova taxa tarifária se tornou mais direcionado nos últimos dias e a ameaça de tarifas setoriais imediatas diminuiu. Uma autoridade informou ontem que o governo Trump ainda não chegou a nenhuma decisão final e está avaliando se deve incluir tarifas setoriais no anúncio de 2 de abril.

Um número cada vez maior de bancos centrais e ministros das Finanças ao redor do mundo tem manifestado o temor de que uma guerra comercial

global vai inibir o crescimento econômico e alimentar a **inflação** - uma combinação que tornaria difícil calibrar uma resposta efetiva em termos de taxas de juro.

À medida que o prazo de 2 de abril se aproxima, países da Ásia e da Europa tentam propor maneiras de remover políticas que os EUA consideram que prejudicam empresas americanas ou dão vantagens à China na corrida pela supremacia tecnológica.

O governo do Reino Unido estuda planos para reduzir ou até mesmo abolir seu imposto sobre serviços digitais antes de 2 de abril. Enquanto isso, segundo o "Financial Times", o governo da Malásia informou que se prepara para adotar controles mais rígidos sobre o fluxo de chips da Nvidia depois que os EUA exigiram que o país reforçasse o monitoramento sobre semicondutores avançados para evitar que cheguem à China.

Principais parceiros comerciais dos EUA buscam obter concessões de última hora

Alguns países que têm relações mais tensas com os EUA neste momento tentam amortecer o impacto de uma batalha comercial com a maior economia do mundo.

O premiê do Canadá, Mark Carney, anunciou uma série de medidas destinadas a mitigar os danos com as tarifas dos EUA, assim como reformas de "construção da nação" para impulsionar o comércio e o investimento. Uma delas permitirá as empresas adiar temporariamente o pagamento do imposto de renda e as transferências do imposto sobre o consumo.

O ataque de Trump à ordem comercial baseada em regras que governa a economia global desde a Segunda Guerra Mundial também está realinhando alianças geopolíticas, já que alguns países buscam proteger suas apostas, dadas as novas dúvidas sobre suas parcerias antigas com os EUA.

O premiê da Espanha, Pedro Sánchez, irá à China no mês que vem para se encontrar com o presidente Xi Jinping, segundo fontes familiarizadas com os preparativos da viagem. Sánchez também aproveitará a viagem à Ásia para visitar o Vietnã.

O representante comercial Greer deve fazer o primeiro telefonema a seu equivalente chinês esta semana, segundo fontes a par dos planos.

O premiê chinês, Li Qiang, disse que seu país está preparado para "choques que superem as expectativas" que venham do esperado aumento das barreiras comerciais por parte de Trump, no início do Fórum de Desenvolvimento da China, em Pequim.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=22§ion=1>

Tarifa dos EUA sobre navios chineses seria o 'apocalipse' do comércio global

Por Laura Curtis, Weilun Soon e James Attwood - Bloomberg

Quem quiser um bom exemplo do caos que se instalou no comércio exterior pelo mundo desde o início do novo governo Donald Trump nos EUA, basta olhar para uma pilha de 16 mil toneladas de tubos de aço parada na Alemanha, destinada a uma enorme obra energética na Louisiana. A carga está juntando poeira em um armazém alemão depois de Washington ter proposto taxas de milhões de dólares sobre navios chineses que atracarem nos EUA.

As negociações sobre os termos do transporte dos dutos foram suspensas até que haja mais clareza, segundo José Severin, do Mercury Group, firma responsável pela logística do envio. Nessa rota em particular, que cruza o Atlântico, 80% das embarcações da empresa são de construção chinesa, de forma que o transporte estaria sujeito a uma taxa extra entre US\$ 1 milhão e US\$ 3 milhões. Dependendo dos critérios aplicados, isso poderia dobrar ou triplicar o custo de envio dos tubos de aço da Alemanha.

Esse é apenas um dos incontáveis negócios que se encontram no meio do fogo cruzado desencadeado pela proposta do Gabinete do Representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês) para coibir o domínio chinês nos setores de transporte marítimo, construção naval e logística. A China, hoje, produz mais de metade dos navios cargueiros do mundo, em termos de capacidade em toneladas, em comparação aos pouco mais de 5% em 1999, segundo dados do USTR. Japão e Coreia do Sul são as outras potências da construção naval. Em 2024, a porcentagem construída por estaleiros nos EUA foi de apenas 0,01%.

O domínio da China lhe confere "poder de mercado sobre a oferta, preços e acesso", ressaltou o USTR, em 21 de fevereiro, quando divulgou a proposta. Em reação, a China State Shipbuilding Corp, dona da maior carteira de encomendas do setor, descreveu a medida como violação das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O assunto será o cerne de uma audiência de dois dias do USTR, em Washington, que começou ontem. Toda a cadeia de suprimentos estará representada, desde

produtores de soja até transportadoras e construtoras navais chinesas. Dezenas de empresários e firmas de comércio exterior explicarão por que temem que as propostas sejam ainda mais desestabilizadoras ao comércio do que as tarifas sobre bens impostas por Trump.

"Eles veem isso como uma ameaça maior por causa do impacto que terá na cadeia de suprimentos", disse Jonathan Gold, vice-presidente de política alfandegária e de cadeias de suprimentos da Federação Nacional do Varejo dos EUA (NRF). "As transportadoras já disseram que não só repassarão o custo, mas que também deixarão de lado certas rotas, o que afetará portos menores, como Oakland, Charleston, Delaware e Filadélfia. Todos eles vão sofrer com isso."

Em cartas ao USTR, empresários e representantes da indústria manifestaram que, se o objetivo for revitalizar a construção naval americana, a proposta não faz sentido, e que, além disso, teria um potencial devastador para a economia dos EUA. Argumentam que a medida encareceria os produtos americanos no mercado internacional, desviaria o comércio para portos do Canadá e México, sobrecarregaria os principais portos dos EUA e elevaria taxas de frete internacional e a **inflação** interna.

As taxas poderiam, teoricamente, gerar entre US\$ 40 bilhões e US\$ 52 bilhões aos cofres dos EUA, segundo a Clarksons Research Services. Algumas empresas americanas estão apreensivas, pois já vêm sendo assoladas pela incerteza causada pela escalada tarifária sobre os produtos chineses, e o aço e o alumínio - e por uma nova rodada de medidas de reciprocidade, esperada para o dia 2 de abril.

"O que o USTR propôs - uma taxa de muitos milhões de dólares, retroativa, em cada escala portuária - não vai funcionar", disse o CEO da associação setorial Conselho Mundial de Transporte Marítimo (WSC), Joe Kramek. "Isso só servirá para punir consumidores, empresas e, especialmente, agricultores americanos, elevando preços e ameaçando empregos."

John McCown, veterano da indústria de transporte marítimo e autor de um livro sobre a história da navegação de cargas, é ainda mais direto: "Trata-se do apocalipse para o comércio exterior."

A investigação do USTR teve início em 2024, no governo Joe Biden, após a solicitação de cinco grandes sindicatos trabalhistas. O relatório resultante, de janeiro, poucos dias antes da posse de Trump, concluiu que a China tem como objetivo o domínio do setor marítimo internacional. A tarefa de encontrar formas de lidar com essa posição dominante de Pequim foi deixada para o novo governo.

A imposição de taxas e de novas exigências de exportação pretende "criar poder de influência para conseguir acabar com a tentativa chinesa de dominar esses setores", segundo as propostas iniciais divulgadas pelo USTR em 21 de fevereiro. As firmas seriam punidas por meio de uma fórmula baseada na proporção de sua frota atual formada por navios construídos na China e nos que foram encomendados a estaleiros chineses. Algumas embarcações poderiam ser alvo de taxas de até US\$ 3,5 milhões por escala portuária, caso sejam de construção chinesa e operados por uma firma chinesa que também tenha encomendado um navio a um estaleiro chinês, segundo a Clarksons Research Services.

Pelas regras propostas, estima-se que 83% dos navios de contêineres que passaram pelos EUA em 2024 teriam sido alvo de multas, além de 65% dos navios transportadores de carros e 30% dos petroleiros, segundo a Clarksons.

A proposta também exige que, nos próximos anos, uma parte dos produtos americanos - como os agrícolas, químicos, energéticos e bens de consumo - seja transportada em navios de bandeira, construção e tripulação americanas.

Muitos operadores e empresas de navegação dizem que comprariam ou fretariam navios mercantes americanos, mas que os estaleiros dos EUA levariam décadas para atender à demanda de capacidade, sem contar o fato de que já existe uma escassez de marinheiros americanos. Além disso, as taxas portuárias puniriam as empresas por investimentos que já foram feitos em navios construídos na China.

Em 2012, a Atlantic Container Line AB (ACL), que transporta mais da metade das exportações americanas de equipamentos agrícolas e de construção para a Europa, precisou encomendar cargueiros do tipo "roll-on-roll-off" (conhecidos como Ro-Ro, aptos a transportar bens que entram e saem do navio sobre as próprias rodas). Os estaleiros japoneses e coreanos não tinham condições de construir apenas as cinco unidades que a empresa precisava. Já os estaleiros americanos informaram que não entregariam os navios em menos de sete anos, escreveu o CEO da empresa, Andrew Abbott, em um documento enviado ao USTR. A ACL acabou

encontrando navios na China, onde conseguiu as embarcações rapidamente e a um "preço competitivo".

"A proposta vai nos tirar do mercado por uma decisão comercial tomada 13 anos atrás", escreveu Abbott sobre o plano do USTR, "em uma época em que os estaleiros americanos estavam repletos de encomendas da Marinha dos EUA e não podiam construir nossos navios, e quando a indústria naval chinesa ainda era um ator secundário no mundo".

Muitos dos que enviaram comentários ao USTR expressaram apoio à tentativa de frear o poder marítimo da China, mas pediram que a abordagem seja repensada. Houve, entre mais de 250 contribuições, poucos comentários de apoio às medidas propostas.

"As práticas desleais de produção da China tornaram impossível para os estaleiros americanos competir em condições de igualdade", disse Scott Paul, presidente da organização sem fins lucrativos Alliance for American Manufacturing (AAM). "Se implementadas plenamente, essas medidas ajudarão a restaurar a segurança econômica dos EUA, a contra-atacar as práticas comerciais desleais da China e a revitalizar a construção naval americana."

Vários executivos do setor acreditam que a proposta deverá ser atenuada, dado seu impacto desestabilizador no comércio mundial. É possível, sem dúvida, que sejam feitos ajustes nas taxas e nas exigências de exportação. Elas poderiam até ser abandonadas, dado o caráter volúvel de algumas decisões do governo. Ainda assim, grupos lobistas reiteram que há boas razões para crer que pelo menos parte das medidas será mantida.

A ideia de revitalizar a indústria naval americana para fortalecer a influência dos EUA no mar cativa Trump e se alinha com sua agenda de retorno aos tempos dourados da indústria americana. Ele já criou um novo gabinete de assuntos marítimos dentro Conselho de Segurança Nacional. O setor marítimo agora é visto como um pilar essencial da segurança nacional, um reposicionamento que ainda vem ganhando ímpeto.

Grandes empresas de navegação informam que poderiam se adaptar às taxas evitando portos menores nas rotas americanas, o que prejudicaria economias locais e mercados específicos que dependem deles. No caso das operadoras de navios de contêineres que fazem sua descarga em um único porto, o custo poderia ser diluído entre milhares de contêineres. Mas taxas de mais de US\$ 1 milhão por escala podem devastar as operadoras menores e as exportadoras de commodities e bens agrícolas que dependem de portos como Oakland ou Charleston e já operam com

margens de lucro pequenas.

"Isso será imensamente prejudicial economicamente", disse Philip Luck, diretor econômico do centro de estudos Center for Strategic and International Studies. "Isso não vai resolver o problema básico que eles disseram querer resolver, que é aumentar a capacidade da indústria naval dos EUA".

"Se isso for uma pura questão de segurança", acrescentou, "deveríamos estar incentivando os investimentos de aliados com Coreia do Sul, Japão e Finlândia, que são muito bons em construir navios".

O setor de navegação tem experiências recentes com o caos que a maior fiscalização de Washington sobre a China pode causar. Em janeiro, depois de o Departamento de Defesa dos EUA colocar a maior empresa de navegação da China, a Cosco Shipping Holdings Co, em uma lista especial de restrições por supostos vínculos com o Exército de Libertação Popular (PLA), algumas corretoras de navios foram instruídas a não oferecer embarcações da Cosco para frete, segundo fontes a par do assunto. Após alguns dias, a suspensão acabou sendo revertida, quando ficou claro que a inclusão na lista não impactaria financeira ou legalmente quem fretasse navios da Cosco.

Se a USTR adotar sua proposta conforme está redigida, executivos e corretoras do setor consideram provável uma divisão gradual do mercado, na qual os navios construídos na China seriam tratados de forma diferente dos fabricados em outros lugares. No mercado de petroleiros, no qual os navios de origem chinesa representam cerca de 35% da frota, isso já parece estar em andamento. De acordo com corretoras marítimas, clientes começam a evitar o aluguel de petroleiros ligados à China para contratos de longo prazo, pois acreditam que essas embarcações precisarão atracar em portos dos EUA no futuro, tornando-se sujeitas a tarifas.

Empresas proprietárias de navios interessadas em expandir a frota e evitar penalidades também terão um dilema pela frente. Os estaleiros da Coreia do Sul e do Japão estão quase no limite da capacidade, com as próximas novas encomendas disponíveis apenas por volta de 2028, segundo corretoras de navios. Deixar de contratar novas embarcações em um momento em que a frota mundial está envelhecendo significa que eles ficarão presos a navios se deteriorando. (Tradução de Sabino Ahumada)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=22§ion=1>

'Excepcionalismo americano' retoma fôlego e alimenta piora nos ativos locais

Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari e Bruna Furlani De São Paulo

O enfraquecimento da tese de "excepcionalismo" da economia dos Estados Unidos, que, na semana passada, provocou uma forte migração de ativos americanos para outras geografias, como os mercados emergentes, sofreu uma correção ontem. Indicadores mais fortes da economia americana voltaram a atrair fluxo de capital estrangeiro e, assim, houve uma alta firme do dólar e dos juros futuros, além de queda do Ibovespa. O mercado de juros, em particular, teve um desempenho bastante negativo, justamente quando as preocupações com as contas públicas começam a voltar ao foco dos investidores.

O comportamento dos mercados globais foi, novamente, a base para a dinâmica dos ativos domésticos. A percepção de que a economia dos EUA, na verdade, não está em uma trajetória de desaceleração mais intensa esteve sobre as mesas de operação. Na semana passada, a tese de que a economia americana poderia entrar em recessão provocou migração de ativos dos EUA para outros mercados; ontem, o movimento foi inverso e deu sustentação às bolsas em Nova York.

Por outro lado, os ativos domésticos foram afetados negativamente pelo viés externo e, ainda, por uma maior percepção de risco atrelada à condução da política econômica. Pela manhã, houve algum ruído em relação a declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre os parâmetros do arcabouço fiscal e a meta de resultado primário de 2026.

O estresse inicial se dissipou após o ministro reforçar o compromisso com o arcabouço. No entanto, ao longo do dia, houve uma nova rodada de aumento dos prêmios de risco nos ativos domésticos, sobretudo nos juros futuros, diante de uma piora na percepção de risco fiscal no geral. Assim, a taxa do DI para janeiro de 2026 subiu de 14,955% para 15,03%, maior nível desde 29 de janeiro.

Houve deterioração nos preços de outros ativos. O Ibovespa fechou em baixa de 0,77%, aos 131.321 pontos, enquanto o dólar encerrou em alta de 0,61%, cotado a R\$ 5,7517.

"O governo segue avançando na pauta populista,

usando crédito para consumo, construção civil etc. Tudo isso é um retrocesso no sentido de tirar potência de política monetária", diz o gestor de renda fixa Roberto Elaiuy, da Kinea Investimentos, ao notar uma redução no risco alocado pelo mercado antes de indicadores e eventos importantes esperados na semana.

O gestor destaca que, apesar de uma postura conservadora do BC, o real perdeu terreno ante o dólar; a diferença entre as taxas longas e as mais curtas aumentou; e a **inflação** "implícita", extraída da diferença entre os juros nominais e os reais, voltou a subir. "Isso me dá a sensação de que os investidores tentam voltar a aplicar juros [aposta na queda das taxas] olhando o nível melhor do dólar [em relação ao Focusj e a atividade com sinais de moderação, mas logo se decepcionam com mais populismo e um BC, na margem, mais conservador, tornando a operação difícil de carregar", diz.

Em meio a um ciclo de aperto monetário que pode ser mais extenso e à tentativa do governo de estimular a economia, não é de se espantar que a curva de juros volte a subir, avalia Marcelo Ferman, sócio-fundador e gestor da Parcitas Investimentos. Para ele, medidas como a ampliação da isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil e o aumento do acesso ao FGTS e ao crédito consignado, por mais que não necessariamente piorem o quadro fiscal, tornam o trabalho do BC mais difícil.

Sob a expectativa de que a política monetária terá de permanecer mais restritiva no curto prazo, o executivo diz manter posição que ganha com uma estrutura menos inclinada da curva de juros, em que as taxas de longo prazo se mantêm mais baixas que os juros curtos.

Na visão de Ferman, o dólar mais fraco em nível global neste começo de 2025 foi o principal vetor para a melhora dos mercados locais. E, do ponto de vista doméstico, os ativos brasileiros só devem sustentar um bom desempenho caso ganhe força a tese de transição política após as eleições de 2026 e uma melhora da percepção fiscal do país. "Para mim, a necessidade número 1 da política macroeconômica brasileira é rediscutir o arcabouço fiscal", diz o gestor.

Vale notar que, na sessão de ontem, houve uma forte

alta dos rendimentos dos Treasuries, o que também teve impacto no mercado doméstico de juros e elevou os prêmios para além da questão fiscal doméstica. A rotação do fluxo de capitais de volta para os EUA ocorre em um momento de volatilidade elevada nos mercados globais diante da política comercial incerta promovida pelo presidente americano, Donald Trump.

Na avaliação do sócio e chefe de investimentos (CIO) da Portofino Multi Family Office, Eduardo Castro, o ambiente mais errático por parte do governo Trump deve persistir, o que tende a beneficiar as moedas, incluindo o real, e enfraquecer o dólar. "Talvez o que seja atenuante, nesse caso, é o fato de que o Fed reconheceu o ambiente de indefinição e, por isso, será mais cauteloso nos cortes dos juros, o que deve mitigar uma desvalorização mais ampla do dólar", afirma.

No caso das particularidades do Brasil, Castro afirma que há dois fatores que permanecem no radar dos investidores: a popularidade do governo e os gastos públicos. Para ele, ambos estão ligados e uma piora na avaliação do governo Lula não é gatilho para uma melhora nos mercados por conta de uma disputa eleitoral mais acirrada em 2026, já que poderia levar o governo a ponderar gastos que podem ser mais inflacionários.

"Se o governo já tem o diagnóstico de que a queda da popularidade é pela **inflação** mais alta, ele teria de ser muito cuidadoso ao adotar medidas de gastos", diz. "Talvez, com isso no radar, eles estejam avaliando que, a depender da medida, o tiro pode sair pela culatra. Coincidentemente ou não, as medidas que surgiram recentemente estão mais ligadas a crédito do que a benefícios sociais", ressalta o executivo, que continua a ver o dólar operar entre R\$ 5,70 e R\$ 5,90.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=22§ion=1>

Analistas veem sinais de que pior da onda de vendas nos EUA passou

Alexandra Semenova Bloomberg

Os operadores afetados por uma das quedas mais rápidas de ações dos EUA já vistas podem estar prontos para um alívio. Estrategistas de ações de instituições como J.P. Morgan Chase, Morgan Stanley e Evercore ISI têm alertado investidores que o pior da recente crise provavelmente já passou, citando métricas do sentimento e posicionamento do investidor, além da sazonalidade favorável.

Os principais índices de ações americanos se recuperaram na segunda-feira após relatos de que o presidente Donald Trump planeja adotar uma abordagem mais direcionada com as tarifas que ele implementará em 2 de abril, aliviando algumas preocupações de que sua crescente guerra comercial vá alimentar a **inflação** e paralisar a economia.

Essas preocupações - junto com os temores persistentes de que o rali tecnológico alimentado pela inteligência artificial tenha ido longe demais - derrubaram as ações drasticamente desde meados de fevereiro, colocando o índice S P 500 na sétima mais rápida queda de 10% após atingir novo recorde, eliminando mais de US\$ 5,6 trilhões da capitalização de mercado das empresas do índice.

O J.P. Morgan destaca que a maior parte veio de um grupo de ações de "momentum", os 50 nomes com melhor desempenho de preço no S P 500, que eliminaram dois anos de ganhos em três semanas. Mas isso também aliviou a congestão do rali anterior.

"Como resultado, o risco de outra reversão violenta deve ser baixo no curto prazo", disseram estrategistas do J.P. Morgan liderados por Dubravko Lakos-Bujas em nota a clientes.

Na segunda-feira, os setores mais atingidos recentemente tiveram as maiores recuperações, com um indicador das chamadas ações "Magnificent Seven" subindo mais de 2% durante a sessão.

Michael Wilson, do Morgan Stanley adotou um tom mais otimista, indicando que fatores sazonais, a queda do dólar americano, os rendimentos dos títulos do Tesouro e o sentimento e posicionamento ultrapessimistas vêm abrindo caminho para uma "recuperação negociável no curto prazo". Na Evercore

ISI, o estrategista-chefe de ações Julian Emanuel disse que a retórica sobre a economia do governo Trump "redefiniu o padrão de tal forma que o sentimento ficou muito negativo".

"Achamos que os dois passos para trás que vivemos está em processo de se resolver, e é provável que você dê três passos para frente em direção a preços mais altos", comentou.

A onda de vendas deixou Wall Street num dilema sobre se chegou a hora de comprar, já que o mercado continua a ser ofuscado pela incerteza da política comercial e por preocupações de que o entusiasmo sobre inteligência artificial elevou demais as avaliações das empresas de tecnologia. Embora os estrategistas vejam um período de calma à frente, eles evitam dar aos clientes um sinal claro para investir em ações dos EUA por ora.

Isso ocorre em grande parte porque o anúncio planejado sobre as tarifas comerciais universais e recíprocas no próximo mês por Trump pode alterar novamente as expectativas dos investidores sobre as consequências econômicas.

Emanuel, da Evercore, disse que este será o próximo catalisador para o mercado. Wilson, do Morgan Stanley, afirmou também estar observando os dados de emprego e de manufatura, juntamente com as revisões de lucros, como "sinais para um rali mais durável".

Na 22V Research, o estrategista-chefe de mercado e presidente Dennis DeBusschere disse na segunda-feira que os dados do mercado melhoraram de uma forma que sugere que a economia dos EUA não está entrando em recessão. O sentimento anormalmente baixo do investidor - com indicadores econômicos ainda sólidos - sugere "retornos mais fortes do que o normal" nos períodos de um, três e seis meses se o impacto das tarifas acabar sendo menor. Mas, como os outros, ele está esperando por mais clareza em torno das taxa-ções para firmar suas opiniões.

"Supondo que as tarifas não sejam um grande obstáculo ao crescimento, os fatores fundamentais devem se recuperar ao longo de 2025", disse. Mas a convicção de que as tarifas não levarão a resultados negativos ainda é baixa.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=2§ion=1)**

Bolsas de NY têm dia de alívio com chance de tarifas mais brandas

Luana Reis, Cristiana Euclides e Artur Scaff

A perspectiva de que as tarifas recíprocas a ser anunciadas pelos Estados Unidos no dia 2 de abril poderão ser mais brandas que o esperado trouxe fôlego ao mercado americano ontem. Investidores permanecem cautelosos com a política comercial de Donald Trump, mas a notícia contribuiu para aliviar o mau humor dos investidores.

Os ativos também foram impulsionados pela leitura de um índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) mais forte em março, contribuindo para reduzir os temores de desaceleração na maior economia do mundo.

Em Wall Street, o índice Dow Jones subiu 1,42%, aos 42.583,32 pontos, o S P 500 teve alta de 1,76%, aos 5.767,57 pontos, e o Nasdaq avançou 2,27%, para os 18.188,593 pontos.

Segundo o jornal americano "The Wall Street Journal", o anúncio programado para o dia 2 de abril, chamado de "Liberation Day" por Trump, não irá incluir tarifas específicas por setor e os aumentos na taxa não serão cumulativos. Mais tarde, o presidente americano disse que alguns países poderiam receber "descontos", sem dar detalhes. "Posso dar muitas isenções a vários países", afirmou Trump. "Eles nos cobraram tanto que fico envergonhado de cobrar deles o mesmo que nos cobraram, mas será substancial, e vocês ouvirão mais sobre isso no dia 2 de abril."

Trump também afirmou que irá anunciar tarifas sobre importações de automóveis nos próximos dias e que pretende avançar com tarifas específicas para setores como madeira e semicondutores "mais adiante".

Os sinais de um tarifaço mais branco se somaram a um dado positivo no cenário macroeconômico. O PMI composto dos Estados Unidos, que reúne dados dos setores industrial e de serviços, subiu de 51,6 pontos em fevereiro para 53,5 em março, de acordo com dados preliminares divulgados pela S P Global. Isso contribuiu para aliviar o temor do mercado de que a elevada incerteza, especialmente sobre a política comercial americana, esteja pesando sobre o sentimento dos negócios e o crescimento do **PIB**, com parte dos analistas chegando a cogitar uma recessão.

"A recuperação do PMI composto para sua média de 2024 sugere que, apesar da grande incerteza sobre a política econômica, as empresas americanas estão se adaptando", diz Samuel Tombs, economista-chefe dos Estados Unidos da Pantheon Macroeconomics, em nota. "As empresas continuam relativamente ansiosas em relação ao futuro, mas o aumento no índice de atividade atual sugere que esses temores estão tendo menos impacto na tomada de decisões no momento."

O bom humor do mercado também se refletiu na recuperação dos rendimentos dos Treasuries, títulos do Tesouro americano, que vinham registrando uma sequência de quedas nas últimas sessões com a busca por ativos seguros em meio à incerteza sobre o cenário econômico.

Vail Hartman e Ian Lyngen, estrategistas de renda fixa do BMO Capital Markets, dizem que, apesar da pressão de venda no pregão de ontem, os rendimentos dos títulos de dez anos ainda ficaram abaixo da marca de 4,35%, mostrando que a demanda por ativos seguros ainda exerce um papel importante. "O prêmio de segurança dos Treasuries permanece elevado, refletindo incertezas sobre o cenário global de comércio à medida que se aproxima o prazo de 2 de abril para novas tarifas", afirmam em nota. No fim do dia, os rendimentos das T-notes com vencimento em dez anos avançavam para 4,339%, ante 4,258% na última sessão.

Para os estrategistas, a melhora no PMI ajudou a elevar os rendimentos na sessão, mas a confiança do mercado continua em baixa, "com preocupações crescentes sobre cortes nos gastos federais e tarifas comerciais".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=2§ion=1>

Queda de "big techs" vai trazer novo rol de ganhadoras

Adriana Cotias De São Paulo

O tombo das ações das grandes empresas de tecnologia na bolsa americana, que chegou a tirar US\$ 1 trilhão de valor de mercado das companhias, nada mais é do que um fenômeno da inovação, diz Artur Wichmann, executivo chefe de investimentos (CIO) da XP Inc., à frente da alocação de portfólios para todas as segmentações da plataforma.

A riqueza, concentrada em um pequeno e onipresente grupo, agora tende a se espalhar para outras companhias, com efeitos para a economia e a sociedade. A ameaça da chinesa DeepSeek foi o primeiro sintoma dessa fratura na tese da inteligência artificial (IA) dominada pelas gigantes dos Estados Unidos e é de se esperar outros desdobramentos, com grandes ganhadores e perdedores.

"O que surpreende, de certa forma, é as pessoas se surpreenderem. A tecnologia funciona em saltos e vem de onde menos se espera", diz Wichmann, um estudioso do tema. "Saltos tecnológicos são muito bons para a sociedade e nós, seres humanos, tratamos muito mal esses saltos." Ele citou como exemplo a revolução industrial, com trabalho infantil e as péssimas condições de trabalho impostas aos empregados. A inteligência artificial pode ser uma dessas revoluções e a sociedade vai ter que lidar com esses novos desafios da destruição criativa - em que uma inovação pode tornar outras obsoletas e custar empregos.

O surgimento de uma novata, que arranhou a tese de inteligência artificial que parecia dominada pelas sete maiores empresas de tecnologia americanas - Apple, Alphabet (dona do Google), Amazon, Meta, Microsoft, Nvidia e Tesla - tem como pano de fundo a rivalidade geopolítica, observa Wichmann. Se no século 20, os EUA e a antiga União Soviética se enfrentaram nas corridas nuclear e espacial, o século 21 deve ser marcado pela disputa pela inteligência artificial, com a "DeepSeek sendo o momento Sputnik" dessa fase. "Quem dominar a inteligência artificial vai ter uma vantagem geopolítica muito importante."

A China tem um modelo econômico centralizado, está correndo, e os EUA, com o desenvolvimento de novas tecnologias de forma descentralizada pelas empresas que se transformaram nas gigantes do setor

globalmente, têm ciência disso e querem interromper esse fluxo. "O que a DeepSeek fez é tornar uma atividade muito mais complexa em muito mais simples", diz o executivo.

Ele afirma que o modelo da OpenAI, aliada da Microsoft, no seu robô ChatGPT, basicamente comprime conhecimento. Quando gera um modelo de rede neural, ativa todos os seus nódulos, enquanto a DeepSeek parece ter criado um atalho a custos menores: "Se eu estou fazendo uma pergunta de medicina, não preciso ativar o conhecimento em engenharia, nem o de jardinagem, então preciso rodar uma parte menor do modelo e fazer menos conta", exemplifica Wichmann. A companhia chinesa propõe ativar só uma parcela dos "neurônios relevantes", quase tão eficiente quanto o da OpenAI, preservado a capacidade de dar boas respostas.

Apesar de questionamentos sobre se o chatbox (o software que responde perguntas) da DeepSeek teria sido treinado pelo ChatGPT, o trunfo é dividir conhecimento sem perder performance, e a um valor de desenvolvimento de menos de US\$ 6 milhões, uma fração do gasto por concorrentes como OpenAI e Google Gemini, da ordem de US\$ 800 milhões. O paradigma de que só um seleto grupo estava ganhando a guerra pela capacidade de processamento e pela quantidade de dados foi quebrado, a "DeepSeek mostrou que essa não é uma barreira insuperável".

Nos próximos capítulos dessa história, afirma, o resultado tende a ser a redistribuição da riqueza antes concentrada na cadeia de valor das gigantes de tecnologia, que acruavam sozinhas toda a geração de caixa decorrente dessa atividade. A partir do momento em que companhias menores passam também a usar a IA, os benefícios da inovação acabam se espalhando, com ganhos de produtividade para a economia. Foi assim com o automóvel, o computador, a telefonia e a eletricidade, que, como efeito colateral, permitiu o surgimento da refrigeração e fez a Coca-Cola escalar.

Para Wichmann, os grandes conglomerados de tecnologia ainda vão valer muito, ainda detêm vantagens competitivas com conhecimento, capital intelectual, mas a escala de valor relativo muda um pouco. Quem investe no setor agora provavelmente

vai ganhar dinheiro, mas "a grande pergunta é quem são os ganhadores não óbvios? Quem vai ser a próxima Coca-Cola?" Ele diz ver vários candidatos, como inovações ligadas ao setor de saúde e biotecnologia ou mesmo para os fornecedores de energia elétrica, pela demanda de centros de dados.

No campo macroeconômico, se os modelos hoje apontam para índices de **inflação** para cima, por conta dos vaivéns das políticas tarifárias do presidente americano Donald Trump e a restrição à imigração, talvez a tecnologia tenha um viés desinflacionário no tempo ainda não capturado. Repetiria o que o fenômeno da internet fez com os ganhos de produtividade no passado.

Sobre a política de taxaço comercial de Trump, Wichmann diz que a história mostra que o resultado é sempre negativo. "Num mundo mais integrado, com o comércio mais livre e com mais ganho de produtividade, é difícil ver tarifas, de onde quer que venham, serem boas para a economia." A restrição à imigração, do ponto de vista econômico, também terá efeitos negativos, com menos mão de obra disponível pressionando os preços no curto prazo.

Sobre o tema recessão, que ganhou a atenção dos investidores, o último comitê de investimentos da XP, da qual Wichmann faz parte, avaliava que embora haja sinais de desaceleração, ainda não há evidências concretas de um freio iminente. Os níveis de **inflação** e as medidas para controlá-la são considerados, contudo, essenciais para monitorar esse risco.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188148?page=22§ion=1>

Mercado financeiro reduz previsão para PIB e inflação

Agência Brasil

Após a taxa básica de juros ser elevada para 14,25% ao ano, as previsões do mercado financeiro para a expansão da economia e o índice de **inflação** em 2025 foram reduzidas, de acordo com dados do Boletim Focus, divulgados nessa segunda-feira (24). A pesquisa é divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para este ano, a estimativa para o crescimento da economia caiu de 1,99% para 1,98%. Para 2026, a projeção para o Produto Interno Bruto (**PIB** - a soma dos bens e serviços produzidos no país - foi mantida em 1,6%. Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do **PIB** em 1,9% e 2%, respectivamente.

Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021 quando o **PIB** alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,95 para o fim deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 6.

Inflação

A estimativa para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a **inflação** oficial do país - caiu de 5,66% para 5,65% este ano. Para 2026, a projeção da **inflação** subiu de 4,48% para 4,5%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,78%, respectivamente.

A estimativa para 2025 está acima do teto da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Puxada pela alta da energia elétrica, em fevereiro a **inflação** oficial ficou em 1,31%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior resultado desde março de 2022 quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%). Em 12 meses, o IPCA

soma 5,06%.

Juros básicos

Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 14,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Em relação às próximas reuniões, o Copom informou que elevará a Selic "em menor magnitude" na reunião de maio e não deixou pistas para o que acontecerá depois disso.

Além de esperada pelo mercado financeiro, a elevação em 1 ponto havia sido anunciada pelo Banco Central na reunião de janeiro.

Até o fim deste ano, a estimativa do mercado financeiro é que a taxa básica suba para 15% ao ano. Para 2026, 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida para 12,5% ao ano, 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6498&edicao=137260#page/6>